



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

LUANARA ROCHA DAMASCENO GUIMARÃES

**O DINAMISMO DA ECONOMIA BAIANA
DURANTE A DÉCADA DE 90:
CRESCIMENTO E DESIGUALDADE SOCIAL**

SALVADOR

2001

LUANARA ROCHA DAMASCENO GUIMARÃES

**O DINAMISMO DA ECONOMIA BAIANA
DURANTE A DÉCADA DE 90:
CRESCIMENTO E DESIGUALDADE SOCIAL**

Trabalho de conclusão de curso apresentando
ao curso de graduação de Ciências
Econômicas da Universidade Federal da Bahia
como requisito parcial à obtenção do grau de
Bacharel em Ciências Econômicas

Orientador: Prof. Dr. Antônio Henrique Silveira

SALVADOR

2001

*Ninguém pode ser um grande economista se for
somente economista.*

*Um economista que só é economista torna-se
prejudicial e pode constituir um verdadeiro perigo.*

Hayek

AGRADECIMENTOS

Uma das maiores riquezas da vida é ter a felicidade de compartilhar os momentos com as pessoas que nos são raras. Assim sendo, ao final desta difícil e vitoriosa jornada compartilho e agradeço,

Aos meus pais, Hélio e Dirce, exemplos de amor, carinho, sabedoria, dedicação e minha maior bênção.

Ao meu amado marido, minha eterna gratidão por tamanha dedicação, incansável incentivo, amor, carinho e compreensão nos momentos mais difíceis.

Aos professores, Ilton Almeida, Marco Antônio de Oliveira, Reinaldo de S. Pereira, Plínio Moura e Lielson Coelho por toda atenção e carinho dispensados ao longo deste curso.

Ao amigo e Professor Antônio Henrique pela orientação e por ter me concedido a honra de ser sua orientanda.

Aos amigos, Rita, Paulo Roberto, Flávia, Alexandre, Rogério, Ítalo, Oswaldo, Thiago e Ana Maria por não permitirem que eu desanimasse.

RESUMO

O objetivo desta investigação é o de analisar a evolução e características da situação social estadual durante a década de 90, procurando avaliar os efeitos do crescimento econômico sobre o bem-estar da população. Diante desse contexto, além de servir como referencial para avaliar-se o impacto social do atual modelo de desenvolvimento econômico baiano, a investigação ora proposta pretende também proporcionar insumos para elaboração de políticas públicas que sejam capazes de promover o crescimento da economia baiana com desenvolvimento e equidade social.

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – COMPOSIÇÃO SETORIAL DO PIB BAIANO	11
TABELA 2 – TAXAS DE CRESCIMENTO DO PIB POR ANO E PERÍODO BAHIA E BRASIL, 1992/1999	15
TABELA 3 – PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS NO VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO DA AGRICULTURA BAHIA, 1985-1995/96.....	17
TABELA 4 – ESTRUTURA DO PRODUTO INTERNO BRUTO SEGUNDO ATIVIDADES ECONÔMICAS BAHIA, 1985, 1990, 1995 e 1999	19
TABELA 5 – DESEMPENHO DA BALANÇA COMERCIAL BAHIA, 1992-1999.....	20
TABELA 6 – ESTRUTURA DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO BAHIA, 1985, 1990, 1995, 1999	22
TABELA 7 – TAXA DE ANALFABETISMO DAS PESSOAS DE 15 ANOS OU MAIS ÁREAS GEOGRÁFICAS SELECIONADAS, 1992/1999.....	43
TABELA 8 – TAXA DE ANALFABETISMO FUNCIONAL DAS PESSOAS DE 15 ANOS OU MAIS ÁREAS GEOGRÁFICAS SELECIONADAS, 1992/1999.....	44
TABELA 9 – TAXA DE ANALFABETISMO FUNCIONAL DAS PESSOAS DE 15 ANOS OU MAIS ÁREAS GEOGRÁFICAS SELECIONADAS, 1992/1999.....	45
TABELA 10 – MÉDIA DE ANOS DE ESTUDO DA POPULAÇÃO DE 10 ANOS OU MAIS DE IDADE, TOTAL E OCUPADA ÁREAS GEOGRÁFICAS SELECIONADAS, 1999.....	46
TABELA 11 – TAXA DE ESCOLARIZAÇÃO DAS CRIANÇAS DE 7 A 14 ANOS DE IDADE POR QUINTOS DE RENDA DOMICILIAR PER CAPITA	47
TABELA 12 – INDICADORES DE DESEMPENHO DO ENSINO FUNDAMENTAL	48
TABELA 13 – TAXA DE DEFASAGEM IDADE-SÉRIE DAS CRIANÇAS DE 7 A 14 ANOS DE IDADE ÁREAS GEOGRÁFICAS SELECIONADAS, 1999.....	50
TABELA 14 – PERCENTUAL DE ESTUDANTES DE NÍVEL SUPERIOR DE 15 ANOS OU MAIS DE IDADE UNIDADES DA FEDERAÇÃO, 1999.....	50
TABELA 15 – ÓBITOS DE RESIDENTES SEGUNDO PRINCIPAIS CAUSAS BAHIA, 1980/1998	51
TABELA 16 – TAXA DE MORTALIDADE INFANTIL ÁREAS GEOGRÁFICAS SELECIONADAS, 1992/1999.....	52
TABELA 17 – ESTABELECIMENTOS DE SAÚDE E NUMERO DE HABITANTES POR ESTABELECIMENTO ÁREAS GEOGRÁFICAS SELECIONADAS, 1992/1999.....	53
TABELA 18 – ESTABELECIMENTOS DE SAÚDE COM UNIDADES DE APOIO À DIAGNOSE E TERAPIA UNIDADES DA FEDERAÇÃO, 1992/199.....	55
TABELA 19 – NÚMERO DE LEITOS POR HABITANTES UNIDADES DA FEDERAÇÃO, 1999.....	56
TABELA 20 – PROPORÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE COBERTA POR PLANO DE SAÚDE ÁREAS GEOGRÁFICAS SELECIONADAS, 1998.....	57

TABELA 21– UNIDADES DA FEDERAÇÃO ORDENADAS SEGUNDO O ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL E DISTRIBUIÇÃO ABSOLUTA E RELATIVA DOS SEUS MUNICÍPIOS POR FAIXAS DE IDI.....	61
TABELA 22 – COMPONENTES DO ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL BAHIA, 1999	62
TABELA 23 – TAXA DE PARTICIPAÇÃO TOTAL E POR GRUPOS DE IDADE SELECIONADOS ÀREAS GEOGRÁFICAS SELECIONADAS, 1992/1999.....	63
TABELA 24 – DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO OCUPADA POR SETOR DE ATIVIDADE ECONÔMICA.....	66
TABELA 25 – DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DA POPULAÇÃO OCUPADA POR POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO ÀREAS GEOGRÁFICAS SELECIONADAS, 1999.....	67
TABELA 26 – PROPORÇÃO DE EMPREGADOS E TRABALHADORES DOMÉSTICOS COM CARTEIRA DE TRABALHO ÀREAS GEOGRÁFICAS SELECIONADAS, 1992/1999.....	69
TABELA 27 – RENDIMENTO MÉDIO DAS PESSOAS OCUPADAS DE 15 A 55 ANOS DE IDADE UNIDADES DA FEDERAÇÃO, 1992/1999.....	72
TABELA 28 – RENDIMENTO MÉDIO DOS 40% MAIS POBRES E DOS 10% MAIS RICOS DAS PESSOAS OCUPADAS DE 10 ANOS E MAIS DE IDADE COM RENDIMENTO ÀREAS GEOGRÁFICAS SELECIONADAS, 1992/1999.....	74
TABELA 29 – ÍNDICE DE GINI DA POPULAÇÃO OCUPADA DE 10 ANOS E MAIS DE IDADE ÀREAS GEOGRÁFICAS SELECIONADAS, 1992/1999.....	75
TABELA 30 – TOTAL DE IMÓVEIS RURAIS CADASTRADOS E ÁREA SEGUNDO A CLASSIFICAÇÃO EM MÓDULOS FISCAIS BAHIA, OUTUBRO DE 1999.....	76
TABELA 31 – PROPORÇÃO DE FAMÍLIAS COM RENDA FAMILIAR PER CAPITA DE ATÉ 1/2 SALÁRIO MÍNIMO MENSAL UNIDADES DA FEDERAÇÃO, 1992/1999.....	79
TABELA 32 – PROPORÇÃO E POPULAÇÃO INDIGENTE E RENDA DOMICILIAR PER CAPITA MENSAL UNIDADES DA FEDERAÇÃO, 1999.....	80
TABELA 33 – ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO UNIDADES DA FEDERAÇÃO, 1999.....	81

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – DESEMPENHO DA AGRICULTURA BAHIA, 1992/1999	18
GRÁFICO 2 – TAXA DE CRESCIMENTO ACUMULADA DA PRODUÇÃO FÍSICA DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO BRASIL, NORDESTE, BAHIA E ESTADOS SELECIONADOS, 1994/1999.....	18
GRÁFICO 3 – PROPORÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE DE 5 ANOS OU MAIS DE IDADE QUE NUNCA CONSULTOU AO DENTISTA UNIDADES DA FEDERAÇÃO, 1998.....	59
GRÁFICO 4 – TAXA DE DESEMPREGO ABERTO REGIÕES METROPOLITANAS, 1992/1999.....	70
GRÁFICO 5 – DISTRIBUIÇÃO DOS MUNICÍPIOS POR FAIXAS DE ÍNDICE DE GINI BAHIA, 1999	77

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
1 A ESTRUTURA DA ECONOMIA BAIANA E O DINAMISMO NA DÉCADA DE 90	10
1.1 BREVE HISTÓRICO DA CONSOLIDAÇÃO DO NOVO PERFIL DA ECONOMIA BAIANA	10
1.2 A EVOLUÇÃO DURANTE A DÉCADA DE 80	12
1.3 O DINAMISMO EXPERIMENTADO DURANTE A DÉCADA DE 90: A RETOMADA DO CRESCIMENTO	14
1.4 A CONCENTRAÇÃO ESPACIAL E A ESPECIALIZAÇÃO SETORIAL.....	20
2 A IMPORTÂNCIA E APLICAÇÕES DOS INDICADORES SOCIAIS.....	25
2.1 CRESCIMENTO ECONÔMICO E DESENVOLVIMENTO: O PAPEL DOS INDICADORES SOCIAIS.....	25
2.2 INDICADORES SOCIAIS E CLASSIFICAÇÃO TEMÁTICA	27
2.2.1 Definição de Indicador Social.....	27
2.2.2 Critérios de classificação	28
2.3 INDICADORES SOCIAIS NO BRASIL E A SÍNTESE 2000 DO IBGE	36
3 ANÁLISE DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL NA BAHIA DURANTE A DÉCADA DE 90	38
3.1 BREVE PANORAMA DAS MUDANÇAS SOCIODEMOGRÁFICAS RECENTES NA BAHIA	38
3.2 A SITUAÇÃO DA EDUCAÇÃO	42
3.3 OS PADRÕES DE SAÚDE DA POPULAÇÃO E A OFERTA DE SERVIÇOS	50
3.4 A SITUAÇÃO DA PRIMEIRA INFÂNCIA	59
3.5 TRABALHO E RENDIMENTO	62
3.5.1 A Participação no Mercado de Trabalho	62
3.5.2 O Perfil Básico da Ocupação e a Situação do Desemprego	66
3.5.3 Os níveis e a Concentração dos Rendimentos	71
3.6 A CONCENTRAÇÃO DA PROPRIEDADE	75
3.7 A SITUAÇÃO DA POBREZA E O DESENVOLVIMENTO HUMANO	78
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	82
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	86

INTRODUÇÃO

Durante a década de 90, a Bahia se destacou como um dos estados que mais se beneficiou da desconcentração industrial e que passou também a integrar o espaço de expansão da moderna agricultura. Esta dinâmica recente pode ser traduzida nas taxas de crescimento do PIB que, em alguns anos, chegaram a ultrapassar a média nacional, sobretudo, a partir de meados da década de 90. Com efeito, entre 1996 e 1999, a Bahia cresceu 15,5%, enquanto o PIB brasileiro registrou um incremento de 7,5%, ou seja, a metade do verificado para o estado.

Diante deste desempenho, a Bahia continua sustentando a posição de sexta maior economia no ranking nacional, abaixo apenas daqueles estados localizados no eixo urbano-industrial do Sudeste (São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais) e dos dois Estados mais desenvolvidos do Sul (Rio Grande do Sul e Paraná), e muito acima dos demais Estados nordestinos – o PIB baiano corresponde a aproximadamente um terço da atividade econômica do nordeste.

Por outro lado, o dinamismo econômico experimentado pelo Estado durante a década de 90 parece não vir acompanhado de uma efetiva melhoria no nível de desenvolvimento social, capaz de diminuir, significativamente, a pobreza estadual e alterar sua condição de um dos estados menos desenvolvidos do país. O objetivo desta investigação é o de analisar a evolução e características da situação social estadual durante a década de 90, procurando avaliar os efeitos do crescimento econômico sobre o bem-estar da população. Diante desse contexto, além de servir como referencial para avaliar-se o impacto social do atual modelo de desenvolvimento econômico baiano, a investigação ora proposta pretende também proporcionar insumos para elaboração de políticas públicas que sejam capazes de promover o crescimento da economia baiana com desenvolvimento e equidade social. Apesar de privilegiar diversas outras fontes de informação da socioeconomia baiana, a investigação se debruçará na recém divulgada Síntese de Indicadores Sociais 2000, do IBGE, que apresenta um elenco de informações sociais e demográficas, trabalhadas sob a forma de indicadores, o que permite retratar importantes aspectos da dinâmica social brasileira e regional. Com base nesta vasta quantidade de indicadores disponibilizados em diversos grupos, foi possível realizar uma investigação inédita acerca da inter-relação entre o crescimento econômico e a evolução do desenvolvimento social do Estado da Bahia durante a década de 90.

No segundo capítulo, foi feita uma caracterização acerca dos principais traços estruturais da economia baiana e de sua evolução recente com ênfase no dinamismo econômico experimentado durante a década de 90, com intuito de apresentar as principais características do modelo recente de crescimento da economia estadual.

O capítulo 3, apresenta uma sucinta discussão acerca das principais diferenças entre crescimento e desenvolvimento econômico e da importância da utilização dos indicadores sociais nesse processo de análise.

No quarto e último capítulo foi procedida a análise do desenvolvimento social na Bahia durante a década de 90. Para tanto, apresentou-se um breve panorama das mudanças sociodemográficas recentes na Bahia e investigou-se a evolução e principais características das seguintes dimensões sociais: educação, saúde, primeira infância, trabalho e rendimento, a concentração da propriedade e a situação da pobreza e o desenvolvimento humano.

1 A ESTRUTURA DA ECONOMIA BAIANA E O DINAMISMO NA DÉCADA DE 90

1.1 BREVE HISTÓRICO DA CONSOLIDAÇÃO DO NOVO PERFIL DA ECONOMIA BAIANA

Se a economia baiana atingiu na década de 50, o ápice da estagnação na qual passava há quase um século, a criação da PETROBRÁS e da CHESF nessa mesma década, representou o marco de uma nova era. A crise da agricultura atingiu drasticamente a economia baiana. Mediante a recessão da economia do açúcar no Recôncavo, que não conseguiu adaptar-se em condições competitivas ao mercado interno, além de um processo de involução dos seus principais padrões produtivos, o Estado passou a conviver com uma prolongada crise. Nem o relativo florescimento da economia cacauzeira evitou a decadência econômica.

Na década de 50, a Bahia ingressa no círculo das áreas contempladas com grandes investimentos federais. Assim, a provisão de energia elétrica pela CHESF – Companhia Hidroelétrica do São Francisco e a criação da PETROBRÁS – Petróleo Brasileiro S.A., com seus primeiros campos e a inauguração da Refinaria Landolfo Alves (RLAM), em Mataripe, abrem um novo ciclo de transformação ao Estado.

Cria-se em seguida (1964/65), o Centro Industrial de Aratu (CIA) um incipiente e desarticulado parque industrial, e instala-se mais tarde, utilizando subprodutos da Refinaria de Mataripe – nafta e aromáticos, o segundo pólo petroquímico do país, o Complexo Petroquímico de Camaçari – COPEC. A instalação do COPEC reitera deste modo o padrão grande indústria introduzido pela PETROBRÁS, com alta demanda de infra-estrutura e fracas relações com o ambiente econômico regional.

Quando, finalmente, as primeiras unidades do COPEC entram em produção no final da década de setenta, consolida-se uma estrutura profundamente heterogênea e em grande parte desarticulada dos demais processos regionais. Essa industrialização recente, baseada na entrada de grandes parcelas de capital de origem extra-regional – e não num processo progressivo de acumulação interno à região, viria a transformar totalmente a feição da economia baiana.

Conforme destaca Menezes (2001), do ponto de vista setorial, as décadas de 60 e 70 caracterizaram-se sobretudo pelo desenvolvimento da atividade industrial, que gradativamente substituiu a agricultura exportadora na função de injetar dinamismo na economia baiana. Desde a instalação da RLAM, passando pela implantação do CIA até a chegada do Pólo Petroquímico e da indústria sider-metalúrgica a partir da segunda metade dos anos 70, houve um processo de elevação da importância da indústria na economia baiana. O setor secundário – que abrange, além da indústria de transformação, a extrativa mineral e a construção civil – passou a responder por parcela significativa do PIB estadual, conforme explicita a Tabela 1 abaixo:

TABELA 1 – COMPOSIÇÃO SETORIAL DO PIB BAIANO

Ano	Setores (%)		
	Primário	Secundário	Terciário
1960	40,0	12,0	48,0
1970	21,2	12,4	65,4
1980	16,4	31,6	52,0
1985	25,1	38,0	36,8
1990	12,8	38,1	48,9
1995	15,5	36,0	48,6
1998	10,3	38,4	51,3
1999	9,4	39,9	50,6

Fonte: SEI/IBGE

A partir da década de 70, com a consolidação do processo de industrialização, a economia baiana começou a perder sua característica agroexportadora, firmada na atividade cacaueteira. A Bahia se inseriu na matriz industrial brasileira através da chamada “especialização regional”. Sendo assim o Estado se transformou em supridor de produtos intermediários para os setores de bens finais instalados no eixo Sul/Sudeste do país. Nesta fase a industrialização foi direcionada para os setores químico – especialmente a petroquímica – e metalúrgico o que se deveu a 03 motivos, conforme elucidam Teixeira e Guerra (2000, p. 90):

- a) O estado era, à época, o meio produtor de petróleo do país e possuía uma refinaria. Tinha-se assim, uma base técnica para a implantação do segundo pólo petroquímico brasileiro na Bahia;
- b) Nos primeiros anos da década de 70, havia uma carência na produção nacional de alguns insumos básicos usados pela indústria de transformação do Centro-Sul; e
- c) O governo Federal tinha entre seus objetivos a diminuição dos desequilíbrios regionais.

Dado esse contexto, diversos empreendimentos foram implantados, destacando-se os

localizados no Complexo Petroquímico de Camaçari (COPEC). Reduzindo-se a análise aos últimos cinco anos da década de 70, constata-se que o PIB estadual cresceu a uma taxa média anual de 9,7% sendo que a performance da indústria de transformação foi impressionante: 32,0% em 1977, 12,9% em 1978; 29,4% em 1979 e 26,6% em 1980¹.

A consolidação da indústria, com o passar do tempo, desbancou a primazia do setor primário na economia baiana. A participação relativa do setor primário, no PIB estadual, diminuiu de 40% em 1960, para 16,4% em 1980. O setor secundário, por sua vez, no mesmo período, elevou sua participação de 12% para 31,6%².

O conjunto destas transformações estruturais na economia baiana incrementaram fortemente seu produto interno. Em termos de taxas de crescimento real do PIB, a economia baiana obteve um desempenho superior ao do Nordeste e Brasil. De fato, na década de 70, a expansão real do PIB baiano foi de 11,4% contra 9,7% do Nordeste e 8,6% do Brasil. Esta evolução fez com que a economia baiana aumentasse sua participação na economia nacional, passando de menos de 4% em 1975 para 5,4% em 1985. Além disso, a indústria passou a determinar o crescimento do PIB

1.2 A EVOLUÇÃO DURANTE A DÉCADA DE 80

A década de 80 foi marcada pela crise da economia brasileira e a preocupação cada vez maior, por parte dos gestores da política econômica, em reverter os desequilíbrios de curto prazo. Durante os anos 80 acontece a crise de um padrão de acumulação de capital baseado na forte ação estatal no âmbito de suma economia fechada, como forma de estimular a industrialização brasileira. As atividades produtivas eram intensamente apoiadas pela infra-estrutura montada pelo Estado, que além de garantir barreiras tarifárias que obstaculizam a entrada de produtos concorrentes importados, muitas vezes participava diretamente na produção.

Um importante fato a ser destacado é que a consolidação da indústria de transformação no processo de desenvolvimento econômico estadual, na primeira metade da década de 80, ocorreu num período de grande recessão e crise da economia brasileira, fazendo com que a Bahia fosse nessa fase um dos poucos Estados brasileiros a apresentar crescimento de produto.

¹ Teixeira e Guerra (2000).

² Idem nota 1.

Apesar da pujança da indústria de transformação, o crescimento econômico não se restringia apenas ao Recôncavo, à RMS e Salvador, visto que, conforme destaca Vaz (2000), atingia também áreas do interior do Estado. Entre estes destaca-se a produção de feijão em bases capitalistas na região de Irecê, expansão do pólo cafeeiro na Chapada, extração de minérios em determinadas áreas do Estado (Caraíba Metais etc.), ocupação rápida de áreas como o Vale do Iuiú (pecuária e algodão), o desenvolvimento de regiões como o Extremo-Sul do Estado com a extração de madeira, são marcas de expansão deste período.

A partir de 1985 a indústria química/ petroquímica já respondia por mais da metade do valor Agregado Bruto (VAB) da indústria de transformação. Na mesma década de 80, a atividade industrial baiana apresentou um comportamento bem distinto dos anos 70. Por serem seus ramos industriais produtores de bens intermediários, a economia local tornou-se fortemente correlacionada com a nacional. A brutal retração desta última, no início daquela década, e seus presumíveis e inevitáveis impactos negativos sobre o desempenho econômico estadual foram, todavia, atenuados pela agilidade da indústria petroquímica que aproveitando-se de uma conjuntura internacional favorável, buscou no mercado externo a saída para o escoamento de sua produção. (Teixeira e Guerra, 2001)

Diante deste contexto, o expressivo crescimento ocorrido entre 1975 a 1985 sofre um forte processo de inflexão e a partir de 1986, após mais de 10 anos de crescimento, a economia estadual recua e sofre um processo recessivo, com queda no PIB de mais de 4,0% em 1987. Os últimos anos da década de 80 foram marcados por uma performance sofrível da economia baiana em termos de evolução do PIB. O crescimento acumulado no período entre 1986 e 1990, foi para a Bahia da ordem de 8,7%. Em dois anos da série, 1987 e 1990, houve queda real do Produto Interno Bruto estadual. O PIB per capita, por sua vez, encontrava-se, em 1990, em um nível 1,5% inferior ao de 1985. Quando comparados com a evolução nacional, os números da Bahia também se mostraram apenas sofríveis, posto que, a despeito das dificuldades então vivenciadas pela economia brasileira, houve um crescimento acumulado do PIB da ordem de 11,0% e no caso do PIB per capita, registrou-se uma estagnação (crescimento aproximado de 0,1%).

Na visão de Menezes (2000), a desaceleração e a perda de participação da Bahia na economia brasileira no período em questão esteve associada à dois conjuntos de fatores: os de ordem geral e os internos à economia baiana. Uma rápida análise dos fatores gerais

indica que dentre os elementos que contribuíram para a desaceleração, absoluta e relativa da evolução econômica da Bahia, destacam-se o desmonte da política regional e deterioração da ação do Estado que até então atuava através de investimentos em infraestrutura, gastos das estatais e formas diversas de subsídio ao investimento. Esses fenômenos, obviamente, tornavam mais difícil a acumulação de capital nas regiões menos desprovidas do país e estão na raiz da chamada reversão da polarização.

Outros elementos arrastaram a economia baiana para a estagnação. A crise nacional dificultava o desempenho do comércio e dos serviços. A agropecuária, por seu lado experimentou uma retração de quase 8% no valor adicionado ao longo do período. A despeito de obstáculos de origem climática, como a seca de 1987, deve-se registrar que foi justamente nesses anos que começou a manifestar a crise dos segmentos tradicionais da agricultura baiana que contribuíam significativamente para a produção agrícola estadual. O surgimento de novas áreas produtoras em outros países e o advento de produtos alternativos vieram ocasionar uma substancial redução dos preços das principais commodities da agricultura da Bahia, Cacau, sisal, fumo, mamona e algodão além do café representavam 62% do Valor Adicionado Bruto da agricultura baiana em 1985.

1.3 O DINAMISMO EXPERIMENTADO DURANTE A DÉCADA DE 90: A RETOMADA DO CRESCIMENTO

A década de 90 inicia-se com profundas alterações na política econômica nacional. O acelerado processo de abertura econômica, posto em prática pelo governo Collor, concomitantemente a implementação de um plano recessivo de combate à inflação, trouxeram como resultados a queda da produção e aumento do desemprego sem conseguir resolver o problema inflacionário..

Durante a segunda metade da década – período pós implementação do Plano Real – a Bahia passa a experimentar taxas de crescimento superiores às apresentadas pela economia brasileira. Entre 1995 e 1999, a Bahia cresceu 15,1%, enquanto o PIB brasileiro registrou um incremento de 11,6%. Nos últimos três anos (1997 a 1999), enquanto o Brasil cresceu 4,3%, o incremento da economia baiana foi de 11,0%, num desempenho significativamente superior. Considerando-se o período de análise da década, ou seja, 1992/1999, observa-se que o crescimento acumulado do PIB baiano foi de 25,1% versus 23,3% para o conjunto da economia nacional (Tabela 2).

**TABELA 2 – TAXAS DE CRESCIMENTO DO PIB POR ANO E PERÍODO
BAHIA E BRASIL, 1992/1999**

Anos e Períodos	Taxa de Crescimento (%)	
	Bahia	Brasil
1992	1,8	-0,5
1993	3,1	4,9
1994	3,6	5,9
1995	1,0	4,2
1996	2,7	2,7
1997	6,6	3,3
1998	1,7	0,2
1999	2,5	0,8
Períodos		
1992 / 1999	25,1	23,3
1995 / 1999	15,1	11,6
1997 / 1999	11,0	4,3

Fonte: IBGE / SEI
Elaboração do autor

Conforme destaca Menezes (2000), na raiz desses movimentos estão elementos de ordem externa e interna. No plano externo, destacam-se os efeitos da estabilização da economia operada pelo Plano Real sobre o consumo nordestino e sobre o nível de investimentos na economia brasileira. Não se pode negar que, ao menos num primeiro momento, a estabilização elevou o potencial de consumo dos segmentos mais carentes da população brasileira, com o fim do imposto inflacionário. Considerando que, no Nordeste, a participação percentual de tais camadas populacionais é superior à média nacional, esses impactos fazem-se sentir mais fortemente na região, inicialmente com a elevação do consumo, e em seguida, com a implantação de empreendimentos voltados para atender a esse mercado. Neste sentido, houve um significativo crescimento do comércio e do consumo, nos três primeiros de implementação do Plano Real em função do controle inflacionário e das facilidades de crédito.

Outro importante efeito da estabilidade econômica foi a criação de um ambiente favorável ao incremento do nível de investimentos na economia brasileira. Vários setores, a exemplo do químico, automotivo e o siderúrgico passaram a atravessar por um novo ciclo de investimentos. No entanto, esse processo de retomada do investimento foi marcado pela criação de um conjunto de mecanismos de incentivos governamentais ao investimento privado, ou seja, a intitulada “guerra fiscal”.

Na visão de Menezes (2000, p. 78):

É justamente a partir daí que começam a atuar os condicionantes internos, favorecendo o desempenho da Bahia, que aparece bem posicionada na recente retomada do investimento privado no Brasil. A atuação agressiva na guerra fiscal é um desses condicionantes. Evoluindo de um programa geral como o ProBahia para programas específicos, como o BahiaPlast, o Procobre, os incentivos ao desenvolvimento da informática no pólo de Ilhéus, o Agrinvest e o esforço de atração da Ford, entre outros, a política de captação de investimentos assume visibilidade e efetividade. Houve, no âmbito do governo estadual, uma compreensão acerca da necessidade de assumir uma postura agressiva na guerra fiscal, num momento em que importantes decisões de investimento estavam sendo tomadas. Contando com o incentivo adicional concedido para os empreendimentos que se instalam na área da Sudene, a Bahia tem conseguido, de fato, atrair uma gama significativa de novos projetos privados nos últimos anos.

A década de 90 também foi marcada por um processo de diversificação da produção agrícola baiana que teve início a partir de meados dos anos oitenta. Como pode ser observado na Tabela 3 a seguir, entre os censos agropecuários de 1985 e o de 1995/96 existe uma profunda transformação na estrutura da agricultura, com perda significativa da participação do cacau na formação do valor bruto da produção, caindo de 45% em 1985 para 15% em 1995/96, ainda que mantivesse o posto de cultura agrícola mais importante na geração de divisas.

A queda significativa da participação do cacau no VBP agrícola é oriunda da crise da lavoura cacauzeira. A forte redução dos preços do cacau no mercado internacional – sobretudo em decorrência do aumento da oferta propiciado pela entrada de novos países produtores no mercado –, o surgimento de problemas fitossanitários e a ausência de investimentos vêm provocando redução acentuada na produção dos cacauais.

Por outro lado, a ocupação dos cerrados com a produção de grãos, tendo na soja seu carro chefe, vem constituindo-se em área de expansão de fronteira agrícola, abrigando significativos investimentos de grandes capitais nacionais e internacionais. Em decorrência desse processo, a soja ampliou grandiosamente sua participação na estrutura do VBP agrícola estadual, ao passar de 0,5% para 9,5%, entre 1985 e 1995/96. Mediante tal desempenho, a soja passou do 18^o para o 3^o lugar no ranking das culturas que mais contribuem na geração do VBP agrícola.

A fruticultura também vem ganhando espaço, por intermédio da implantação de projetos de irrigação, principalmente na Região de Juazeiro. A modernização deu-se a partir da

implantação de perímetro irrigados com investimentos do Estado e, principalmente, do setor privado. Atualmente, a região é um dos principais pólos produtores e exportadores de frutas do Nordeste e um dos maiores produtores de tomate do Brasil. (Tabela 3)

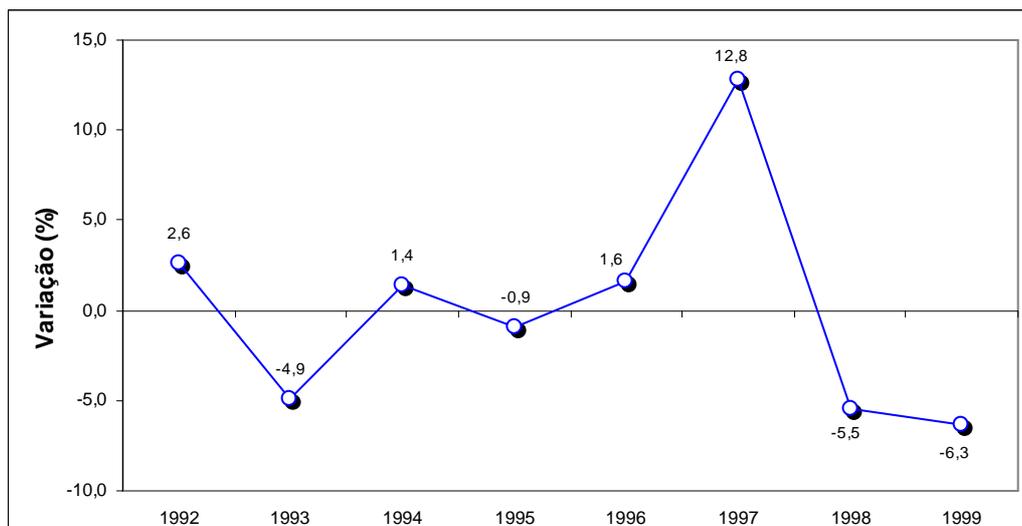
TABELA 3 – PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS NO VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO DA AGRICULTURA BAHIA, 1985 – 1995/96

Culturas	Participação % no Valor Bruto da Produção			
	1985	Ranking	1995/96	Ranking
Cacau	44,9	1 ^o	15,5	1 ^o
Café	9,9	2 ^o	6,8	5 ^o
Feijão	6,5	3 ^o	9,7	2 ^o
Mandioca	4,5	4 ^o	6,9	4 ^o
Algodão	3,0	5 ^o	1,4	14 ^o
Milho grão	2,6	6 ^o	6,2	7 ^o
Cana-de-açúcar	2,4	7 ^o	6,7	6 ^o
Agave (fibra)	1,9	8 ^o	0,8	20 ^o
Coco	1,6	9 ^o	1,6	12 ^o
Mamona	1,6	10 ^o	0,2	23 ^o
Banana	1,4	11 ^o	3,0	8 ^o
Laranja	1,1	12 ^o	2,7	9 ^o
Tomate	1,1	13 ^o	1,2	16 ^o
Mamão	1,0	14 ^o	1,9	11 ^o
Cebola	0,8	15 ^o	0,9	17 ^o
Arroz	0,7	16 ^o	0,9	18 ^o
Fumo	0,7	17 ^o	0,6	21 ^o
Soja	0,5	18 ^o	9,5	3 ^o
Melancia	0,2	19 ^o	0,9	19 ^o
Manga	0,1	20 ^o	2,0	10 ^o
Maracujá	0,0	21 ^o	1,6	13 ^o
Uva p/mesa	0,0	22 ^o	1,4	15 ^o
Melão	0,0	23 ^o	0,4	22 ^o
Milho espiga	0,0	24 ^o	0,2	24 ^o
Abacaxi	0,0	25 ^o	0,2	25 ^o
Sub-total	86,4	-	82,8	-
Outras	13,6	-	17,2	-
Total	100,0	-	100,0	-

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário 1985 e 1995/96

No âmbito da evolução da produção agrícola ao longo da década de 90, observa-se um desempenho oscilante, reflexo das dificuldades oriundas das condições climáticas e da política macroeconômica. Durante o ano de 1997 a agricultura baiana apresentou sua maior taxa de crescimento (12,8%) do período 1992/1999. No entanto, nos dois anos subsequentes houve redução da produção em função da seca e da instabilidade econômica propiciada pela desvalorização do Real a partir de janeiro de 1999. (Gráfico 1)

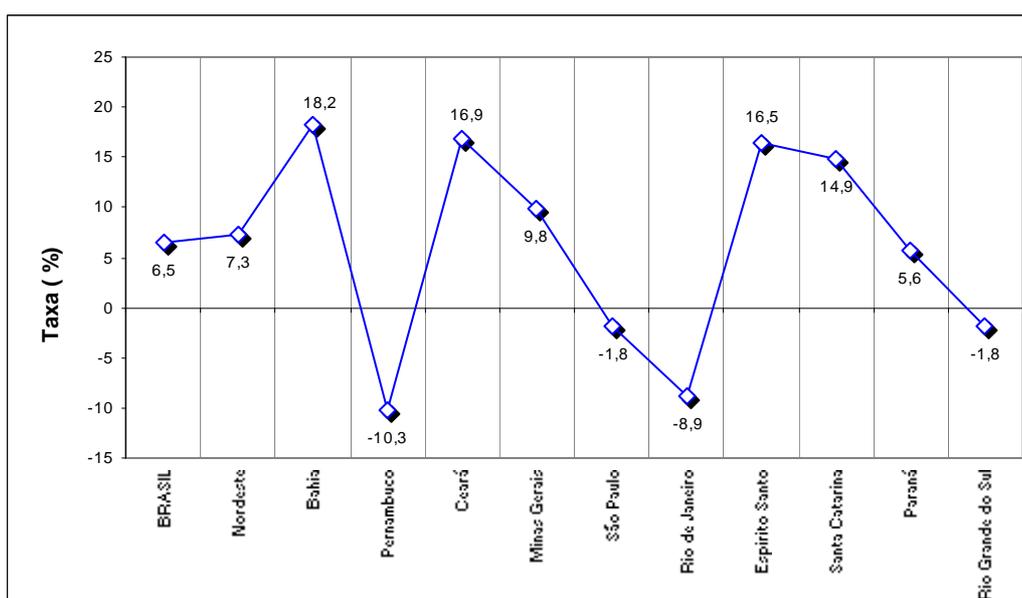
**GRÁFICO 1 – DESEMPENHO DA AGRICULTURA
BAHIA, 1992/1999**



Fonte: SEI

Analisando-se o desempenho da indústria baiana de transformação, por intermédio da taxa de crescimento acumulada da produção física entre 1994/1999, observa-se que o crescimento na Bahia (18,2%) foi mais do que duas vezes superior ao da média nacional (6,5%) e da nordestina (7,3%). Vale ressaltar que o Estado de Pernambuco apresentou contração (-10,3%), assim como São Paulo (-1,8%) e Rio de Janeiro (-8,9%), estados detentores das maiores economias do país. (Gráfico 2)

**GRÁFICO 2 – TAXA DE CRESCIMENTO ACUMULADA DA PRODUÇÃO FÍSICA DA
INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO
BRASIL, NORDESTE, BAHIA E ESTADOS SELECIONADOS, 1994/1999**



Fonte: IBGE/PIM

A análise da estrutura do PIB segundo as atividades econômicas, desde meados da década de 80 até o final da década de 90, deixa bastante evidente a perda da participação do setor primário na produção estadual. A contribuição do setor agropecuário se reduz praticamente pela metade em apenas 14 anos ao passar de 18,7% em 1985 para 9,4% em 1999 (Tabela 4).

Outros movimentos que merecem destaque são a diminuição significativa da participação da Indústria Extrativa Mineral (de 6,4% em 1985 para apenas 1,4% em 1999) e o incremento gradativo da contribuição da Indústria da Construção, que já alcançava 11,7% em 1999.

TABELA 4 – ESTRUTURA DO PRODUTO INTERNO BRUTO SEGUNDO ATIVIDADES ECONÔMICAS

BAHIA, 1985, 1990, 1995 e 1999

Atividades Econômicas	(Em %)			
	1985	1990	1995	1999
Agropecuária	18,7	10,4	13,6	9,4
Extrativa Mineral	6,4	2,4	1,9	1,4
Indústria Transformação	25,6	24,3	19,5	23,2
Serv. Industriais de Utilidade Pública	3,7	3,9	3,4	3,7
Construção	6,6	7,5	10,4	11,7
Comércio	9,3	11,5	10,3	8,3
Transporte e Armazenagem	2,4	2,3	1,8	2,2
Estabelecimentos Financeiros e Seguros	6,7	10,0	5,0	4,9
Demais Serviços	20,6	27,7	34,1	35,3
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: SEI

No que diz respeito ao comércio exterior, observa-se um crescimento considerável das importações que se situavam em US\$ 534 milhões em 1992 e alcançaram US\$ 1,47 bilhão, representando um incremento de 175,6% em apenas sete anos. Tal crescimento está atrelado ao processo de reestruturação produtiva da indústria baiana, sua maior dependência em relação a insumos importados e aos novos investimentos.

As exportações baianas também cresceram ao longo do período analisado, ainda que num ritmo inferior ao das importações. Durante o ano de 1995 o volume exportado (US\$ 1,92 bilhão) registrou a maior receita de sua história. A instabilidade econômica no período 1998/1999, causada pela desvalorização cambial, acompanhada da redução dos preços das principais *commodities* impediram o crescimento das exportações baianas nesse período.

A corrente de comércio (soma de exportações e importações) manteve um ritmo de crescimento durante praticamente todo o período compreendido entre 1992/1999, alcançando seu maior valor em 1997 (cerca de US\$ 3,45 bilhões). Entre 1992 e 1999 houve um incremento de 56,7% ao passar de US\$ 2,02 para US\$ 3,05 bilhões (Tabela 5).

**TABELA 5 – DESEMPENHO DA BALANÇA COMERCIAL
BAHIA, 1992-1999**

Anos	Exportações (E)	Importações (I)	Saldos (E - I)	Corrente de Comércio (E + I)
1992	1.491	534	957	2.025
1993	1.450	615	835	2.065
1994	1.721	753	968	2.474
1995	1.919	1.208	711	3.127
1996	1.846	1.343	503	3.189
1997	1.868	1.590	278	3.458
1998	1.829	1.460	369	3.289
1999	1.581	1.472	109	3.053

Fonte: PROMO. Centro Internacional de Negócios da Bahia com base nos dados do MDIC – SECEX

Mediante tal desempenho, a Bahia chegou ao ano de 1999 com um PIB de R\$ 42,95 bilhões, sustentando a posição de sexta maior economia no ranking nacional, abaixo apenas daqueles estados localizados no eixo urbano-industrial do Sudeste (São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais) e dos dois Estados mais desenvolvidos do Sul (Rio Grande do Sul e Paraná), e muito acima dos demais Estados nordestinos – o PIB baiano corresponde a aproximadamente um terço da atividade econômica do nordeste.

Entretanto, a introdução da variável população relativiza a pujança da economia baiana, fazendo com que o estado ocupe apenas o 20^o lugar no ranking do PIB per capita, dentre os 27 estados brasileiros. Além disso, nesse mesmo ano, o valor estimado para o PIB per capita baiano (R\$ 3.323,00) representava apenas cerca de 56,7% do nacional (R\$ 5.861,00), segundo informações da SEI/IBGE.

1.4 A CONCENTRAÇÃO ESPACIAL E A ESPECIALIZAÇÃO SETORIAL

Para uma efetiva análise da dinâmica recente da economia baiana, primeiramente faz-se necessário destacar duas características marcantes da economia baiana que consolidaram-se

durante a fase de industrialização dos anos 60 e 70: a especialização setorial e a concentração espacial. O entendimento destes dois aspectos estruturais são imprescindíveis, uma vez que os mesmo se constituem nos principais condicionantes da evolução recente (e futura) da economia baiana.

Na Bahia, como pode ser observado na Tabela 6 poucos setores da indústria de transformação determinam o desempenho da indústria como um todo, consequência do peso relativo desses gêneros no Valor da Transformação Industrial (VTI). Diante desse contexto, em 1999, apenas quatro gêneros (química, metalurgia, papel e papelão e produtos alimentares), representavam 83,8% do VTI baiano. Somente a indústria química, respondia por mais da metade do VTI (56,1%).

Na década atual, o crescimento mais surpreendente foi o observado no gênero papel e papelão, que aumentou sua participação na estrutura industrial de 0,8%, em 1990, para 3,1% em 1999. Este desempenho guarda relação direta com a implantação da Bahia Sul no município de Mucuri em 1989. Com investimentos que demandaram mais de US\$ 1,5 bilhão, a fábrica entrou em operação no ano de 1992. A empresa possui capacidade nominal de produção de 500 mil toneladas/ano de celulose e de até 250 mil toneladas toneladas/ano de papel, sendo mais da metade da produção destinada ao mercado externo. Durante o ano de 1999 a Bahia Sul produziu 389 mil t de celulose e 213 mil de papel, obtendo um faturamento de US\$ 586,6 milhões

Em termos setoriais, a maior participação do PIB baiano esteve por conta do setor terciário com cerca de 50,6% em 1999, seguida do setor secundário com 39,9% e do primário com apenas 9,4%. Como já mencionado, na Indústria de Transformação, apenas um ramo (Química) responde por mais da metade da produção industrial. Vale ressaltar que esse ramo é formado basicamente por algumas dezenas de unidades industriais intensivas em capital e localizadas, quase todas elas, em uma única região do Estado (a metropolitana). O potencial de geração de empregos indiretos é também relativamente limitado, pelo fato de ser um ramo produtor de bens intermediários cuja articulação na cadeia produtiva dá-se, principalmente, com as economias dos Estados do Sudeste e com o exterior.

**TABELA 6 – ESTRUTURA DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO
BAHIA, 1985, 1990, 1995, 1999**

Principais Gêneros	1985	1990	1995	1999
Minerais não metálicos	3,1	4,5	2,6	2,2
Metalurgia	10,1	14,3	15,3	17,6
Material Elet. e Comunicações	2,3	2,9	0,6	0,2
Papel e Papelão	0,7	0,8	5,1	3,1
Borracha	0,5	0,4	0,6	0,3
Química	54,2	46,4	47,3	56,1
Produtos Alimentares	13,1	14,8	10,9	7,0
Bebidas	0,8	2,3	6,5	3,0
Perfumaria, Sabões e Velas	0,6	0,4	0,3	0,1
Têxtil	4,0	3,3	1,3	0,2
Sub-total	89,4	89,7	89,8	89,6
Outros	10,6	10,3	10,2	10,4
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: SEI

Essa problemática guarda relação com o fato de que a dinâmica de acumulação de capital na Bahia passou a ser condicionada pela atividade industrial. E a dinâmica da atividade industrial, por sua vez, reflete significativamente o comportamento da grande indústria produtora de bens de consumo instalada no Sudeste do país, particularmente em São Paulo. Isto porque a indústria baiana concentra-se na produção de bens intermediários, assumindo, portanto, um caráter complementar à indústria instalada no Centro-sul. Assim, quando cresce o mercado do Sudeste, gera-se uma demanda adicional para a produção da indústria baiana, induzindo a expansão deste e dos demais segmentos da economia estadual.

De acordo com Menezes (2000), este processo consolidou a outra característica marcante da economia baiana: a concentração espacial. A indústria instalou-se prioritariamente na Região Metropolitana de Salvador (RMS) – ou eixo metropolitano – onde se concentraram também os investimentos em infra-estrutura e as atividades vinculadas. Pode-se afirmar que essa concentração do PIB e da infra-estrutura foi funcional ao processo de acumulação de capital que aqui se efetivou. Na medida em que se geravam externalidades e economias de aglomeração, criavam-se condições de implantação de novas empresas. Assim, vantagens oriundas da disponibilidade de transportes, serviços de apoio, manutenção de equipamentos, proximidade de fornecedores e uma gama de atividades necessárias ao funcionamento das empresas industriais foram um importante atrativo para um

desenvolvimento do comércio moderno, dos novos empreendimentos imobiliários e dos serviços dessas empresas, expandindo os efeitos provenientes da atividade industrial.

Dessa maneira, além da disponibilidade de incentivos fiscais e financeiros, da proximidade – em alguns casos – da matéria – prima, da existência de uma força de trabalho relativamente barata e do apoio governamental, o progressivo desenvolvimento industrial concentrado na RMS, na medida em que gerava externalidades, se retroalimentava. Isto devido a vantagens oriundas da própria aglomeração produtiva. (Menezes, 2000).

Este processo de concentração espacial – que se acentuou no período de crescimento mais recente – verifica-se por intermédio do Índice do Produto Municipal³ (IPM) elaborado pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI) onde apenas sete municípios da Região Metropolitana de Salvador (RMS), juntamente com Feira de Santana, respondiam por cerca de 70,0% de toda a renda gerada pelos 415 municípios do estado em 1996. Isso significa dizer que no interior do estado é gerado pouco mais de 30% da renda estadual, sendo que os 10 maiores municípios participam com cerca de 10,0% e os 397 municípios restantes geram apenas 20,0% desta renda. A título de ilustração, o bipólo Ilhéus/Itabuna participa com 4,0%, Barreiras com 2,0%, Juazeiro com 1,7%, Vitória da Conquista com 1,4% e Mucuri com apenas 0,8%.

Diante desse quadro, é possível inferir que essa concentração gerou também uma rede de cidades na qual a proeminência de Salvador, onde ainda hoje se concentra a quase totalidade dos fluxos de mercadorias, dificultou a constituição de núcleos urbanos de médio porte, capazes de funcionar como pólos regionais de desenvolvimento. A segunda cidade do Estado, Feira de Santana desenvolveu-se cumprindo prioritariamente um papel de distribuição de mercadorias, apesar de ter uma atividade industrial de relativa relevância. Isto foi possível devido a sua proximidade em relação à capital, ao fato de estar situada num importante entroncamento rodoviário que lhe conferiam uma significativa importância logística.

As demais cidades médias baianas não dispõem de uma rede de serviços razoavelmente desenvolvida, apesar de mais recentemente, algumas estarem apresentando bom

³ Este índice visa medir a participação da renda produzida em cada município de Estado da Bahia, no conjunto da renda gerada no estado, e é resultante da soma das estimativas dos valores agregados setorialmente para o ano de 1996. Apresenta limitações no seu uso, não devendo ser considerado mais do que uma *proxy* do PIB municipal a custo de fatores ou renda.

desempenho econômico. Por outro lado, o vácuo econômico do Semi-árido dificulta a implementação de uma estratégia sustentável de desenvolvimento para esse espaço. No semi-árido baiano predominam os pequenos municípios, nos quais as principais fontes de renda são as transferências estaduais e federais, particularmente as aposentadorias e pensões do INSS.

Sendo assim, o processo de desenvolvimento econômico da Bahia resultou na consolidação de realidades distintas. De um lado encontra-se uma economia dinâmica baseada principalmente na indústria de bens intermediários, onde surgiram diversas atividades modernas e cuja complexidade criou condições para sua evolução futura; de outro, um grande território com poucas alternativas econômicas e escassas possibilidades de desenvolvimento.

Desse modo, o setor moderno, concentrado em poucas regiões e municípios do Estado e, em boa medida, nas maiores propriedades, gera poucos empregos de qualidade, em função da sua base tecnológica, e a riqueza produzida nos pequenos estabelecimentos espalhados por todo o território baiano – os quais concentram a maior parte dos ocupados – é insuficiente para garantir níveis de renda satisfatórios, capazes de promoverem um efetivo desenvolvimento social.

2 A IMPORTÂNCIA E APLICAÇÕES DOS INDICADORES SOCIAIS

2.1 CRESCIMENTO ECONÔMICO E DESENVOLVIMENTO: O PAPEL DOS INDICADORES SOCIAIS

Embora se possa citar algumas contribuições importantes para a construção de um marco conceitual sobre Indicadores Sociais nos anos 20 e 30, o desenvolvimento da área é recente, tendo ganhado corpo científico em meados dos anos 60 no bojo das tentativas de organização de sistemas mais abrangentes de acompanhamento das transformações sociais e a aferição do impacto das políticas sociais nas sociedades desenvolvidas e subdesenvolvidas.

Neste período começaram a se avolumar evidências do descompasso entre o Crescimento Econômico e melhoria das Condições Sociais da população em países do Terceiro Mundo. Apesar do crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), persistiam altos os níveis de pobreza e acentuavam-se as desigualdades sociais em vários países. Crescimento econômico não era, pois, condição suficiente para garantir o Desenvolvimento Social. O indicador do PIB per capita, até então usado como proxy de nível de desenvolvimento socioeconômico pelos países, mostrava-se cada vez menos apropriado como medida representativa do bem estar social. (Jannuzzi, 2001)

Tal problemática guarda relação com a própria natureza e alcance dos indicadores estritamente econômicos. A mensuração dos agregados econômicos possibilita uma avaliação quantitativa (ou seja, em termos de valor) do produto que uma economia foi capaz de gerar durante um determinado período de tempo. Tal medida é considerada um importante indicador de desempenho econômico, uma vez que mostra a capacidade de geração de renda dessa economia e, com o auxílio de informações complementares, pode mostrar também o nível de utilização de sua capacidade produtiva. Entretanto, se o objetivo é o de aferir a qualidade de vida da população, o produto agregado mostra-se insuficiente.

Primeiramente, a introdução da variável população permite confrontar o tamanho do produto em relação ao número de habitantes residente, obtendo-se assim o produto ou PIB per capita. Em segundo lugar, é necessário avaliar de que forma a renda gerada numa determinada região (ou pertencente a região) é distribuída pela população, pois se a geração de renda for substancial, mas sua divisão for desigual, a qualidade de vida da

população não será das melhores, dado que, em geral, por trás de distribuições muito desiguais de renda encontram-se também distribuições muito desiguais de riqueza, ou seja, do estoque de capital da economia.

Diante desse contexto, é imprescindível avaliar até que ponto a renda produzida por uma determinada região é revertida em benefícios para a população sob a forma, por exemplo, de melhores níveis de educação, saúde e saneamento. Nesta direção, no processo de avaliação da qualidade de vida da população, é insuficiente e inadequado considerar apenas os aspectos *stricto sensu* econômicos (nível de renda, renda per capita, distribuição da renda), necessitando-se ampliar a análise para que se possa aferir também o bem-estar da população.

A preocupação com o bem-estar da sociedade remete ao confronto entre crescimento versus desenvolvimento econômico. O crescimento econômico se refere à elevação do PIB, ao passo em que desenvolvimento é um conceito bem mais amplo, que leva em conta a elevação da qualidade de vida da sociedade e a redução das diferenças econômicas e sociais entre seus membros. (Paulani e Braga, 2001)

Nesse sentido, uma elevação do PIB pode não estar diretamente associada a uma elevação da qualidade de vida da população. Sendo assim, ainda que o crescimento econômico seja fundamental para o processo de desenvolvimento, o último não se reduz ao primeiro.

A visão do desenvolvimento como liberdade de Amartya Sen (2000) se constitui num importante avanço e é de grande contribuição ao debate acerca de um conceito de desenvolvimento que transpõe a restrita e mera análise do crescimento econômico. O enfoque nas liberdades humanas contrasta com visões mais restritas de desenvolvimento, como as que identificam desenvolvimento com crescimento do Produto Nacional Bruto (PNB), aumento de rendas pessoais, industrialização, avanço tecnológico ou modernização social. Quanto a esse ponto, o autor destaca que:

O crescimento do PNB ou das rendas individuais obviamente pode ser muito importante como um meio de expandir as liberdades desfrutadas pelos membros da sociedade. Mas as liberdades dependem também de outros determinantes, como as disposições sociais e econômicas (por exemplo, os serviços de saúde e educação) e os direitos civis (por exemplo, a liberdade de participar de discussões e averiguações públicas).

De forma análoga, a industrialização, o progresso tecnológico ou a modernização social podem contribuir substancialmente para expandir a liberdade humana, mas ela depende também de outras influências. Se a liberdade é o que o desenvolvimento promove, então existe um argumento fundamental em favor da concentração nesse objetivo abrangente, e não em algum meio específico ou em alguma lista de instrumentos especialmente escolhida. Ver o desenvolvimento como expansão de liberdades substantivas dirige a atenção para os fins que o tornam importante, em vez de restringi-la a alguns dos meios que, *inter alia*, desempenham um papel relevante no processo. O desenvolvimento requer que se removam as principais fontes de privação da liberdade: pobreza e tirania, carência de oportunidades econômicas e destituição social sistemática, negligência dos serviços públicos e intolerância ou interferência excessiva de Estados repressivos. (Sen, 2000, p.17-18)

Ainda que haja controvérsia sobre os critérios efetivos que devem ser adotados para avaliar o processo de desenvolvimento, há um certo consenso quanto à importância e utilização dos indicadores sociais no diagnóstico acerca do estágio de desenvolvimento de uma região.

Face a este quadro, os indicadores sociais desempenham um papel fundamental no processo de análise entre o crescimento e desenvolvimento econômico, uma vez que se constituem em instrumentos de medida das atuais condições de vida de uma população, das mudanças em curso ou de processos resultantes da intervenção em uma dada realidade.

2.2 INDICADORES SOCIAIS E CLASSIFICAÇÃO TEMÁTICA

2.2.1 Definição de Indicador Social

De acordo com Jannuzzi (2001), um indicador Social é uma medida em geral quantitativa dotada de significado social substantivo, usado para substituir, quantificar ou operacionalizar um conceito social abstrato, de interesse teórico (para pesquisa acadêmica) ou programático (para formulação de políticas). É um recurso metodológico, empiricamente referido, que informa algo sobre um aspecto da realidade social ou sobre mudanças que estão se processando na mesma.

Para a pesquisa acadêmica, o Indicador Social é pois o elo de ligação entre os modelos explicativos da Teoria Social e a evidência empírica dos fenômenos sociais observados. Em uma perspectiva programática, o Indicador Social é um instrumento operacional

para monitoramento da realidade social, para fins de formulação e reformulação de políticas públicas. Taxas de analfabetismo, rendimento médio do trabalho, taxas de mortalidade infantil, taxas de desemprego, índice de Gini, proporção de crianças matriculadas em escolas são, neste sentido, indicadores sociais, ao traduzir em cifras tangíveis e operacionais várias das dimensões relevantes, específicas e denúncias da realidade social.

2.2.2 Critérios de classificação

Há várias formas de se classificar os Indicadores Sociais relacionadas na literatura da área. A classificação mais comum é a divisão dos indicadores segundo a área temática da realidade social a que se referem. Há, assim, os indicadores de saúde (percentual de crianças nascidas com peso adequado, por ex.), os indicadores educacionais (escolaridade média da população de quinze anos ou mais, por ex.), os indicadores de mercado de trabalho (rendimento médio real do trabalho etc.), os indicadores demográficos (taxa de mortalidade etc.), os indicadores habitacionais (densidade de moradores por domicílio etc.), os indicadores de segurança pública e justiça (roubos à mão armada por cem mil habitantes etc.), os indicadores de infra-estrutura urbana (percentual de domicílios com esgotamento sanitário ligado à rede pública etc.), os indicadores de renda e desigualdade (nível de pobreza etc.). Há classificações temáticas ainda mais agregadas, usadas na denominação dos Sistemas de Indicadores Sociais, como os Indicadores Socioeconômicos, de Condições de Vida, de Qualidade de Vida, Desenvolvimento Humano ou Indicadores ambientais.

Em muitas situações, os indicadores podem ser classificados em mais de uma temática, conforme a prática de pesquisa e as propriedades intrínsecas do indicador. Taxa de mortalidade infantil, por exemplo, é um indicador demográfico útil para apontar as condições de atendimento à saúde ou de saneamento básico em que vivem segmentos da população. Tempo gasto com deslocamentos para o trabalho é um indicador de infra-estrutura urbana (transporte), mas também pode ser usado como indicador complementar das condições de trabalho da população ocupada ou de qualidade de vida nos grandes centros urbanos.

Outra classificação básica e usual corresponde à divisão dos indicadores entre objetivos e subjetivos, ou, como preferem alguns, entre indicadores quantitativos e qualitativo. Os indicadores objetivos se referem a ocorrências concretas ou entes empíricos da

realidade social, construídos a partir das estatísticas públicas disponíveis. São exemplos de indicadores objetivos o percentual de domicílios com acesso à rede de água, taxa de desemprego, a taxa de evasão escolar ou o risco de acidente de trabalho. Os indicadores subjetivos ou qualitativos, por outro lado, correspondem a medidas construídas a partir da avaliação dos indivíduos ou especialistas com relação a diferentes aspectos da realidade, levantadas em pesquisas de opinião pública ou grupos de discussão. Índice de confiança.

A distinção entre indicadores descritivos e indicadores normativos é outra maneira de classificar os Indicadores Sociais. Os primeiros apenas “descrevem” características e aspectos da realidade empírica, não são “fortemente” dotados de significados valorativos, como a taxa de mortalidade infantil ou a taxa de evasão escolar. Os indicadores normativos com respeito à dimensão social estudada. A proporção de pobres, por exemplo, é um indicador normativo de insuficiência de meios para sobrevivência humana, já que, na sua construção há uma série de decisões metodológicas normativas (consumo necessário de calorias diárias, composição da cesta de produtos e serviços para consumo etc.). Taxa de desemprego é outro conceito normativo, que depende de uma série de conceitos sobre atividade, inatividade e ocupação econômica. Na realidade, todo Indicador Social ou Estatística Pública tem uma natureza intrinsecamente normativa, já que derivam de processos interpretativos da realidade que não têm nada de neutro ou estritamente objetivo em sua formulação. As cifras assumidas pelos indicadores sinalizam situações sociais distintas, dependendo do observador, das normas vigentes ou dos valores implícitos do que é socialmente bom ou ruim. Assim, a normatividade de um indicador é uma questão de grau, reservando-se o termo normativo a aqueles indicadores de construção metodologicamente mais complexa e dependentes de definições conceituais mais específicas. (Jannuzzi, 2001)

Dentre os muitos indicadores sociais usados por diferentes instituições governamentais e internacionais, há alguns indicadores mais convencionais, referidos às principais dimensões empíricas da realidade social, para os quais é possível fazer uma apresentação sumária sem incorrer – muito gravemente – nos riscos de simplificação indevida. Apresenta-se a seguir uma relação desses principais indicadores sociais, explicitando-se essencialmente aqueles que serão utilizados na presente investigação ou que possuem relação com alguns temas abordados.

1 – Indicadores Demográficos e de Saúde

- Taxa de natalidade

Entre os indicadores sociais mais referidos e regularmente atualizados destacam-se os indicadores demográficos, especialmente os relacionados ao crescimento populacional como a taxa de natalidade. A importância deste indicador na formulação de políticas é clara: ele estabelece os parâmetros básicos para dimensionamento da população futura, consumidora de bens e serviços – públicos e privados – e dos públicos-alvo das políticas sociais. Além disso, o nível das taxas indica as características demográficas da população em estudo e o seu estágio no curso da transição demográfica, sinalizando, portanto, as prioridades em termos de políticas sociais a oferecer. A taxa de natalidade é computada como a razão entre o total de nascimentos ocorridos ao longo de um ano, pela população estimada ao meio do período. Em geral, a taxa é expressa em termos de mil habitantes.

- Taxa global de fecundidade

Expressa a média de crianças que nasceriam vivas durante a vida de uma mulher (ou grupo de mulheres) se todos seus anos de reprodução transcorressem conforme as taxas de fecundidade por idade, ou seja, indica o número total de filhos que uma mulher teria se sua fecundidade efetiva através de toda sua vida fosse a mesma que a das mulheres nesse mesmo ano. É expressa em número médio de filhos/mulher.

- Taxa de crescimento demográfico

A taxa de crescimento demográfico é um indicador fortemente correlacionado com a taxa de natalidade; daí sua aplicação para as mesmas finalidades programáticas. Formalmente, esta taxa é calculada como uma função da razão entre os quantitativos populacionais em dois momentos no tempo, e é expressa em termos de % ao ano.

- Razão ou relação de dependência

Expressa a razão entre as pessoas em idades “dependentes” (menores de 15 e maiores de 64 anos) e as pessoas em idade “economicamente produtivas” (15 a 64 anos) em uma população.

- Taxa de Urbanização

A taxa de urbanização é um indicador demo-geográfico que dimensiona a parcela da população nacional ou regional que reside em áreas urbanas, e portanto, em tese, com maior acessibilidade aos bens públicos, serviços básicos de infra-estrutura urbana (água tratada, saneamento básico, coleta de lixo) e serviços (educação, saúde etc.)

- Taxa de mortalidade infantil

Além de sua aplicação estritamente demográfica, de caracterizar níveis e padrões de mortalidade, a taxa de mortalidade infantil tem sido empregada tradicionalmente como um indicador social representativo das condições gerais de vida ou saúde prevalentes em uma região ou segmento populacional. A taxa é definida como a razão entre o número de óbitos entre crianças de até 1 ano e o total de crianças nascidas vivas durante o ano, expresso em termos de milhares. Esta taxa corresponde à incidência de partos de crianças natimortas, sendo indicador da prevalência de problemas relacionados à saúde e alimentação materna, qualidade do atendimento pré-natal etc.

- Esperança de Vida ao Nascer

A esperança de vida ao nascer é um indicador demográfico alternativo importante de avaliação das condições de saúde da população. O significado do indicador é bastante claro: número médio de anos que se espera que um recém-nascido possa viver em uma dada sociedade. Ou seja, no cálculo da esperança de vida levam-se em consideração não apenas os riscos da mortalidade infantil, mas todo o histórico de mortalidade de crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos; além naturalmente dos riscos diferenciais de homens e mulheres.

- Taxa ou proporção de óbitos por causas

O perfil epidemiológico das doenças e óbitos está fortemente associado ao nível de desenvolvimento socioeconômico e da oferta de prestação de serviços de saúde para a população. Esses indicadores de mortalidade podem ser calculados como Taxas (expressas em relação a cem mil pessoas), em que o denominador é o total populacional, ou como Proporção do total de óbitos registrados. A validade e especificidade destes indicadores podem ser aprimoradas ainda mais com a discriminação dos óbitos por sexo e grupos etários, de modo a revelar os riscos epidemiológicos a que cada grupo etário está sujeito.

2 – Indicadores Educacionais

- Taxa de Analfabetismo

É um indicador de estoque ou, melhor, um indicador-resultado das deficiências de oferta e mesmo ausência de programas educacionais no passado. O indicador é calculado como a proporção, dentre os indivíduos de 15 anos ou mais, daqueles que declararam, em pesquisa domiciliar, não saber ler e escrever.

- Escolaridade Média

Um indicador mais sensível às políticas ativas na área de educação é a escolaridade média. Esta medida é um indicador-síntese das condições de provimento de serviços educacionais e padrão de vida da população, no presente e passado recente. O indicador de escolaridade média é calculado como uma média dos anos estudados (com aprovação escolar) ponderados pela população correspondente, dentre os indivíduos de 15 anos ou mais. Também é usual tomar-se como universo a população de outras faixas etárias (6 ou mais anos, 6 a 14 anos, 10 ou mais, 10 a 65 anos etc.) ou segmentos específicos (população geral, população economicamente ativa, população ocupada etc.) de forma a se ter um indicador mais sensível a mudança e específico a determinados programas educacionais.

- Taxa de atendimento escolar

A taxa de escolarização, ou mais precisamente, a taxa de escolarização líquida, é definida como a proporção de estudantes de determinada faixa etária em um nível de ensino em relação ao total de pessoas desta faixa. A taxa de cobertura escolar, ou taxa de escolarização bruta, é definida como a razão entre o número de matrículas em um nível de ensino pela população em idade normativa para este nível.

3 – Indicadores de Mercado de Trabalho

- Taxa de Participação

Para entender as estatísticas e indicadores do mercado de trabalho de um país ou região é fundamental compreender dois conceitos básicos: os conceitos de população em idade ativa (PIA) e de população economicamente ativa (PEA). A PIA corresponde a um contingente expressivo e majoritário da população total que está potencialmente apta para

o exercício da atividade econômica produtiva. Em geral compreende o contingente de indivíduos com mais de 10 ou 15 anos até os 65 ou 70 anos de idade. Dentre os indivíduos da PIA, aqueles que estão efetivamente disponíveis para o exercício de atividade econômica, seja trabalhando ou procurando emprego, compõe a PEA. Donas de casa, estudantes, aposentados, inválidos não fazem parte da PEA, sendo considerados inativos. A taxa de Participação correspondente ao quociente da PEA pela PIA, isto é, à proporção de indivíduos ocupados ou que buscam trabalho dentre a mão-de-obra potencialmente disponível para a atividade econômica.

- Taxa de desemprego

O contingente de indivíduos em desemprego corresponde a aqueles indivíduos ativos não regularmente ocupados, que estão procurando trabalho. A taxa de desemprego corresponde à proporção do contingente de desempregados pelo total da PEA.

- Rendimento Médio do Trabalho

O rendimento médio do trabalho é um indicador sensível às variações conjunturais da economia. Corresponde, para os assalariados, em geral, à remuneração, à remuneração bruta efetivamente recebida no mês anterior à pesquisa, incluindo salários, abonos e gratificação; e para os trabalhadores autônomos e empregadores, à retirada ou ganho líquido realizado no mês anterior. É um indicador tradicional nos boletins conjunturais do mercado trabalho, apresentado segundo sexo e outras características ocupacionais.

4 – Indicadores de Renda e Pobreza

- Renda ou PIB per capita

É um indicador econômico, já que mede o valor total de bens e serviços finais produzidos internamente na economia de um país relativamente ao tamanho da sua população. Pode ser entendido também como a soma dos rendimentos pagos aos assalariados e autônomos, pagamentos feitos ao governo, aluguéis e lucros recebidos pelos proprietários.

- Renda familiar média

A renda familiar média total e renda familiar per capita são duas das principais medidas usadas. A renda familiar total corresponde àquela computada através da soma dos

rendimentos individuais de seus membros – como as rendas do trabalho, aposentadorias, pensões, trabalho ocasional, seguro-desemprego, transferências governamentais ou de terceiros, bolsas de estudo – e os rendimentos patrimoniais da família – como aluguéis, rendimentos financeiros, retiradas da caderneta de poupança. A renda familiar per capita é definida como o quociente entre a renda familiar total e o número de membros na família, correspondendo, pois à parcela individual de renda familiar alocada para consumo de cada membro da mesma.

- Índice de Gini

Além do nível médio da renda, seu padrão de distribuição é outra dimensão importante da caracterização socioeconômica de uma sociedade. Afinal, é preciso saber se por exemplo, uma renda comparativamente mais elevada deve-se à situação concreta em que a população efetivamente desfruta de um padrão melhor de bem-estar material ou a um quadro em que apenas um número reduzido de famílias se apropria de níveis de renda muito mais elevados que das demais.

O índice de Gini é um dos indicadores de distribuição mais freqüentemente empregado, sua popularidade deriva da relativa facilidade de entendimento de seu significado e por sua aderência a uma série de propriedades entendidas como interessantes nos estudos sobre distribuição de renda. Este índice pode ser calculado a partir de dados brutos ou dados agregados de renda em intervalos de classe. As informações sobre renda podem se referir a renda familiar, renda familiar per capita, renda do trabalho dos ocupados, renda individual etc. O índice de Gini varia de 0 (situação em que expressaria a perfeita distribuição) até 1 (máxima desigualdade).

- Parcela da massa de rendimentos apropriada pelos indivíduos ou famílias

Este indicador é definido como a proporção do montante de rendimentos disponível para o conjunto dos indivíduos ou famílias mais pobres ou mais ricas em relação ao montante total de renda disponível na sociedade.

- Indicador de pobreza pela ótica da insuficiência de renda

Comumente no Brasil, vem se adotando como linha de pobreza (vide Programa de Garantia de Renda Mínima) a proporção de famílias cujo rendimento per capita familiar seja inferior a meio salário mínimo mensal.

5 – O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)

Além dos Indicadores Sociais mencionados anteriormente, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) vem sendo largamente utilizado. O IDH pode ser visto como uma medida que procura expressar a constatação de que o desenvolvimento econômico não acarreta diretamente o desenvolvimento social. Sua construção agrega indicadores sociais aos tradicionais medidores de renda, tornando-o uma expressão mais completa do desenvolvimento humano. Para a construção deste índice, parte-se do princípio de que o Desenvolvimento Humano supõe três condições básicas:

1^a – O direito (do indivíduo) de desfrutar uma vida longa e saudável

2^a – O direito a adquirir conhecimento

3^a – O direito a ter acesso aos recursos necessários para um padrão de vida decente.

Estas três dimensões estão refletidas nos três componentes do IDH:

1. um indicador das condições de saúde, que é a expectativa de vida (índice de longevidade)
2. um indicador das condições de educação, que é uma média ponderada de outros dois indicadores – a taxa de alfabetização de adultos e a taxa combinada de matrículas nos ensinos fundamental, médio e superior.
3. Um indicador de renda, que é a renda per capita, ajustada para refletir a paridade do poder de compra (no caso da comparação entre os países).

O que está por trás dessa combinação é a idéia de que o crescimento material de uma região, refletido na renda per capita, deve vir acompanhado de um aumento na esperança de vida dos seus habitantes e de uma expansão nas condições de educação, de modo a tornar universal esse crescimento. O IDH varia entre 0 e 1, com valores mais altos indicando níveis superiores de desenvolvimento humano.

No Brasil, coube ao IPEA (instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) com o apoio do PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) a sua construção e aperfeiçoamento.

2.3 INDICADORES SOCIAIS NO BRASIL E A SÍNTESE 2000 DO IBGE

As principais fontes de dados para a construção dos Indicadores Demográficos são: os censos demográficos, a Contagem da População, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de responsabilidade do IBGE – e o Registro Civil.

O Brasil integra o conjunto de países que adotaram, uma base mínima de dados nacionais que tem entre os seus objetivos o acompanhamento de programas nacionais de cunho social, e que se constitui de Indicadores Sociais selecionados a partir de uma ampla consulta técnica a países e organismos internacionais, compreendendo dados gerais sobre a distribuição da população por sexo, idade, cor ou raça, sobre população e desenvolvimento, pobreza, emprego e desemprego educação e condições de vida.

A partir de 1999, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) passou a divulgar a Síntese de Indicadores Sociais, contendo um elenco de informações sociais e demográficas e retratando importantes aspectos da realidade brasileira, de acordo com as recomendações da Organização das Nações Unidas (ONU). Como efeito, nos anos 90, a ONU vem promovendo a realização de diversas conferências contemplando temas fundamentais da agenda social contemporânea, o que coloca, para os institutos nacionais de pesquisa e informação, o desafio de produzir e sistematizar indicadores que contribuam para a melhor compreensão da realidade de cada país.

Como resposta a esse desafio, a Síntese de Indicadores Sociais apresenta um conjunto de indicadores, baseados, em sua maioria, na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), muitos deles provenientes dos microdados da pesquisa, bem como em outras estatísticas, primárias e secundárias, não só do IBGE, como de outros órgãos que compõem o Sistema Estatístico Nacional. Disponibilizada em nível de Brasil, Grandes Regiões, Estados e Regiões Metropolitanas, a referida Síntese facilita a comparação entre os sub-espços nacionais – procedimento recomendável em um país de tão acentuadas desigualdades regionais –, além de possibilitar a abordagem de aspectos somente visíveis através do manuseio de microdados, de acessibilidade menos favorecida ao usuário comum.

Em abril de 2001, o IBGE divulgou a Síntese de Indicadores Sociais 2000 que apresenta um elenco de informações sociais e demográficas, trabalhadas sob a forma de

indicadores, retratando importantes aspectos da dinâmica social brasileira e regional. Com o intuito de fornecer um panorama geral para a década de 90, foram disponibilizadas informações da PNAD para os anos 1992 a 1999 – o primeiro e o último ano em que a pesquisa foi realizada⁴.

Os indicadores Sociais da Síntese são apresentados em nove grupos temáticos – aspectos demográficos, saúde, educação, trabalho e rendimento, domicílio, família, crianças adolescentes e jovens, idosos e desigualdades raciais.

⁴ Em virtude da realização dos Censos Demográficos, não houve PNAD em 1991 e 2000.

3 ANÁLISE DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL NA BAHIA DURANTE A DÉCADA DE 90

3.1 BREVE PANORAMA DAS MUDANÇAS SOCIODEMOGRÁFICAS RECENTES NA BAHIA

Antes de iniciar-se a análise sobre do desenvolvimento social ocorrido na Bahia entre 1992 e 1999 faz-se necessário apresentar os grandes traços sociodemográficos do Estado, uma vez que o perfil e as tendências demográficas de uma população influenciam em certas características e tendências sociais da mesma.

Por outro lado, o perfil social de uma população está constituído, basicamente, por suas características de educação, saúde e situação econômica (em particular, atividade laboral, rendimentos e pobreza). Todos esses aspectos relacionam-se profundamente com a conduta reprodutiva, as condições de morbimortalidade e os comportamentos migratórios. Assim sendo, é possível afirmar que, as variáveis sociodemográficas refletem no desenvolvimento.

Indubitavelmente, a combinação de ritmos diferenciados, de queda generalizada da fecundidade e da mortalidade, com respostas à dinâmica econômica e à crise dos anos 80 e 90, resultou em comportamentos demográficos distintos por parte dos subespaços nacionais. É o caso da Bahia que, embora reproduza muitas das tendências do Nordeste, apresenta importantes especificidades em relação aos demais estados da região. A Bahia exhibe, além disso, uma enorme heterogeneidade de processos demográficos no seu interior, ou seja, nas suas regiões econômicas e municípios (SEI, 2000).

Com cerca de 13,06 milhões de habitantes registrados pelo Censo Demográfico 2000, a Bahia mantém-se como o estado mais populoso do Nordeste e o quarto do país, abrigando 28,1% da população nordestina e 7,7% da brasileira. No tocante ao dinamismo demográfico, mantém-se a tendência de diminuição do ritmo de crescimento populacional do estado, que passa de 2,09% a.a. na década de 80 para 1,09% a.a. no período 1991/2000.

Esta vertiginosa queda do ritmo da taxa de crescimento demográfico, está diretamente atrelada a uma significativa queda da taxa de fecundidade do estado que, de acordo com os dados dos Censos Demográficos, reduziu-se à metade em apenas 11 anos, passando de

6,23 filhos/mulher em 1980 para 3,33 filhos/mulher em 1991 e, conforme estimativas do IBGE, 2,30 filhos/mulher em 2000. Diante desse contexto, a queda da fecundidade vem proporcionando um expressivo efeito sobre o crescimento vegetativo, um dos componentes do crescimento demográfico.

Tal comportamento de redução da taxa global de fecundidade e do ritmo de crescimento da população pode ser atribuído ao processo de modernização da sociedade e o conseqüente aumento dos níveis de escolaridade e da inserção da mulher no mercado de trabalho⁵, relacionado à adoção de estilos de vida urbanos pautados em famílias menores e postergação dos casamentos. Cabe destacar ainda, a difusão de padrões modernos de comportamento reprodutivo e o processo de desruralização da população, uma vez que, mesmo mantendo a tendência de descenso, as taxas de fecundidade são mais elevadas no meio rural do que no urbano – em 1998, por exemplo, a taxa de fecundidade baiana era de 1,79 filhos/mulher na zona urbana e alcançava 3,11 filhos/mulher na zona rural. (Guimarães, 2000)

O declínio da taxa de crescimento vegetativo da população, por efeito da queda da fecundidade, é um dos fatores que devem ser levados em conta na redução do potencial migratório demonstrado pela Bahia – e pela região Nordeste – entre os anos 80 e início dos anos 90. Outros fatores, contudo, também estariam interferindo no fenômeno que conforme alertam os estudiosos, seria o resultado combinado da redução do fluxo de saída e da intensificação no ingresso de pessoas no estado, inclusive dos migrantes de retorno.

No âmbito da distribuição espacial da população, as áreas urbanas abrigavam uma população de 8,7 milhões, mantendo a Bahia na 4ª posição no ranking nacional ao tempo em que concentra 6,4% e 26,6% dos contingentes urbanos do país e da região Nordeste, respectivamente. Tal contingente aponta também para a intensificação do processo de urbanização no estado, dado que corresponde a 67,0% da população baiana total, contra 59,1% em 1991. Apesar do avanço no seu processo de urbanização, trata-se de um grau inferior às médias brasileira (81,2%) e nordestina (69,0%).

Diante deste contexto, é ainda expressivo e volumoso o contingente de população rural no estado: 4,3 milhões de pessoas, o correspondente a cerca de 13,5% e 29,2% das

⁵ Independentemente da direção de relação entre ambos os processos, a participação laboral feminina associa-se com níveis mais baixos de fecundidade.

populações rurais brasileira e nordestina, respectivamente. Conforme destaca Franco (2001), trata-se de um quantitativo superior ao da região Norte e cerca de três vezes o da região Centro-Oeste do país, sendo que nenhum estado brasileiro abriga população rural do tamanho da existente na Bahia. Isso, a despeito das perdas absolutas de população rural iniciadas, na Bahia, em 1991. Ao longo da década de 90, a uma taxa de -1,32% a.a., o mundo rural baiano reduziu-se em 545 mil habitantes, com 75,0% dessa redução vivenciada nos últimos quatro anos.

O fato é que o ritmo de urbanização da Bahia tem sido historicamente mais lento comparativamente ao de outras unidades da Federação, inclusive do Nordeste, apesar de ser o estado mais industrializado da região e com a economia mais dinâmica a partir dos anos 70. Conforme destaca Borges (1993), trata-se de um fenômeno relacionado com características do seu espaço agrário, em termos de estrutura fundiária, formas e locus assumidos pelo processo de modernização agrícola, sobrevivência de cultivos tradicionais e, por fim, padrões migratórios da população rural do estado. Quanto à estrutura fundiária, na Bahia comparativamente aos outros estados nordestinos, os minifúndios são maiores e, neles, a condição de proprietário da terra predomina sobre outros tipos de produtores. Já quanto a formas e locus assumidos pelo processo de modernização agricultura – incidentes sobretudo em áreas rurais escassamente povoadas – não produzem, na Bahia, efeitos expulsos capazes de alterar significativamente a proporção da população baiana residente no campo, ao contrário do que ocorre no Sul/Sudeste.

Quanto à sobrevivência de cultivos tradicionais, em paralelo ao surgimento de “ilhas de prosperidade”, as culturas tradicionais intensivas em mão-de-obra se mantêm e até se expandem, dentro do sistema latifúndio/minifúndio e/ou combinando pecuária com lavoura. Enfim, quanto aos padrões migratórios, as características anteriores têm possibilitado a recorrência a estratégias de sobrevivência que incluem a saída, por um período, de alguns membros das famílias, em busca de trabalho que garanta os recursos necessários à sobrevivência e à manutenção da condição de proprietário. É um padrão migratório adotado pelos baianos há décadas e cujo resultados tem sido uma maior retenção da população nas áreas rurais. (SEI, 2000).

A tendência ao envelhecimento da população, resultante da transição da fecundidade baiana, que a leva a apresentar taxas cada vez mais baixas, começa a assumir grande visibilidade. Há clara redução de contingentes infantis (0 a 9 anos), cuja participação na

população total declina de 30,6%, em 1980, para 22,0%, em 1996, após atingirem taxas negativas no início dos anos 90. Os reflexos também se fazem sentir no crescimento significativo da população em idade de trabalho, sobretudo nos seus segmentos mais jovens (15-24 anos), os quais, representando 20,0% da população em 1980 e 21,4% em 1996, deverão continuar pressionando o mercado de trabalho e as redes de ensino de segundo e terceiro graus.

As significativas mudanças na estrutura etária da população também repercutem no sistema de previdência social por intermédio das taxas de dependência, relação pensionistas/contribuintes, a idade de saída do mercado de trabalho e esperanças de vida da população. Neste sentido, conforme enfatiza Guimarães (2000), o aumento da esperança de vida – que segundo projeções do IBGE/SEI passará de 64,74 anos, em 1991, para 69,42 anos no ano 2010 – no caso de estar associado a uma frágil estrutura previdenciária pode propiciar um aumento do tempo de permanência no mercado de trabalho, ocasionando dificuldades de inserção para os grupos de menor idade. Além disso, tratando-se das constantes exigências e mudanças do atual paradigma produtivo, surge a demanda por requalificação profissional para esses grupos que tendem a permanecer no mercado de trabalho e cuja formação se configure obsoleta.

Outra importante mudança que já se verifica na estrutura etária da população, é o aumento do contingente das pessoas de 65 anos ou mais que passou de 4,1% em 1980 para 5,3% em 1996 e segundo as projeções do IBGE/SEI alcançará 7,3% em 2020. Essa mudança representa um importante desafio para o processo de elaboração de políticas públicas, já que é um fenômeno novo na realidade brasileira e impõe um conjunto de ações nos mais diversos âmbitos que possam dar conta das demandas específicas deste contingente populacional, dentre as quais as área de saúde e previdência social merecem uma atenção especial.

Tratando-se da distribuição da população pelo território baiano, observa-se que a mesma continua marcada por sua concentração em alguns dos 417 municípios hoje existentes no estado: Salvador e mais dez deles detêm, em 2000, cerca de 34,0% da população total ou 4,4 milhões de habitantes. O município da capital, com 2,4 milhões, concentra 18,7% da população estadual, sendo seguido, de longe, por Feira de Santana (480 mil habitantes). No outro extremo, situa-se Catolândia, o município menos populoso da Bahia, com pouco

mais de 3 mil residentes, acompanhado de mais oito que sequer ultrapassam a marca dos 5 mil habitantes. Vale destacar ainda que um conjunto de 127 municípios (30,4% do total) possuíam população inferior a 20 mil habitantes em 2000.

3.2 A SITUAÇÃO DA EDUCAÇÃO

A análise das informações da Síntese de Indicadores Sociais 2000 do IBGE com base na PNAD, referentes ao período de 1992 a 1999, permite verificar que a situação educacional brasileira apresentou melhorias significativas: houve queda substancial nas taxas de analfabetismo e, ao mesmo tempo, aumento regular da escolaridade média e da taxa de escolarização da população. Apesar dessas melhorias, permanecem as desigualdades regionais e são diferenciadas as magnitudes de tais avanços, assim como o tamanho do desafio ainda a ser enfrentado em diversos estados, sobretudo na Bahia.

No que refere-se a análise da evolução da educação no Estado da Bahia ao longo da década de 90, o primeiro indicador a ser analisado é a taxa de analfabetismo⁶, por ser uma dimensão fundamental para configurar a situação educacional da população juvenil e adulta (pessoas de 15 anos ou mais de idade). Na Bahia, esta taxa declinou de 31,1%, em 1992, para 24,7% em 1999, representando um decréscimo de 20,5% em sete anos, conforme Tabela 7. Mesmo em declínio, pode ser considerada ainda muito alta, pois o contingente de pessoas, no final da década, corresponde a mais de 2,1 milhões de adultos analfabetos na Bahia.

Além disso, o nível do analfabetismo estadual ainda é significativamente maior do que o corresponde à média nacional (13,3% em 1999) e situa-se como o 7º maior do país (juntamente com o Estado de Pernambuco), à frente apenas de um conjunto formado por seis estados nordestinos – Alagoas, Piauí, Maranhão, Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte. Apesar da já mencionada significativa redução de 20,5% da taxa de analfabetismo ocorrida entre 1992 e 1999, vale ressaltar que ela foi suficiente apenas para melhorar uma posição da Bahia na classificação nacional – o Estado detinha a 6ª maior taxa do país em 1992. De fato, a Bahia foi apenas o 15º no que tange à proporção de redução da taxa de analfabetismo dentre as 27 unidades da federação, ainda que em âmbito regional apenas a Paraíba tenha apresentado uma redução superior (26,8%) daquela verificada na Bahia.

⁶ Segundo a PNAD, é considerada analfabeta a pessoa que declarou não saber ler e escrever um bilhete simples no idioma que conhece.

**TABELA 7 – TAXA DE ANALFABETISMO DAS PESSOAS DE 15 ANOS OU MAIS
ÁREAS GEOGRÁFICAS SELECIONADAS, 1992/1999**

Área Geográfica	Taxa (%)		Varição (%)
	1992	1999	1992-1999
BRASIL	17,2	13,3	-22,5
Sudeste	10,9	7,8	-28,7
Nordeste	32,7	26,6	-18,7
Maranhão	35,2	28,8	-18,3
Piauí	36,8	31,6	-14,3
Ceará	34,5	27,8	-19,5
Rio Grande do Norte	30,0	25,5	-14,9
Paraíba	35,4	25,9	-26,8
Pernambuco	30,9	24,7	-20,0
Alagoas	35,8	32,8	-8,5
Sergipe	27,4	23,9	-12,8
Bahia	31,1	24,7	-20,5

Fonte: IBGE – Síntese de Indicadores Sociais 2000

Fruto das persistentes iniquidades existentes no âmbito da oferta de serviços, o analfabetismo continua sendo bastante mais significativo nas áreas rurais do Estado da Bahia (40,2% em 1999) do que nas áreas urbanas (15,8%)⁷.

No plano dos debates acerca do processo de alfabetização, no início da década de 90, nos países avançados, a alfabetização passou a ser definida de forma mais exigente. Na América Latina, a UNESCO ressalta que o processo de alfabetização somente se consolida de fato entre as pessoas que completaram a 4^a série, em razão das elevadas taxas de regressão ao analfabetismo entre os não concluintes desse ciclo de ensino.

Diante deste contexto, surge o conceito de analfabetismo funcional. Neste caso, a noção de analfabetismo ganha uma dimensão mais ampla, pois na sua qualificação estão incorporados critérios de avaliação que pressupõem determinada apropriação de conteúdos por parte do indivíduo que estuda ou estudou. Santana (2000), destaca que analfabeta funcional seria, assim, aquela pessoa que mesmo tendo freqüentado e concluído séries escolares que, em tese, teriam a tarefa de torná-la alfabetizada, não consegue operacionalizar o conhecimento adquirido (por exemplo, ler e entender o conteúdo de um bilhete minimamente articulado, preencher corretamente uma ficha de inscrição para concorrer a um concurso, etc.). Operacionalmente, a PNAD qualificou de analfabetos funcionais os indivíduos que possuíam menos de quatro anos completos de estudo.

⁷ IBGE, 2000. Síntese de Indicadores Sociais.

Na Bahia, quando o analfabetismo é analisado sob essa perspectiva, percebe-se que a situação do estado é muito mais grave do que aquela revelada pelo indicador tradicional. De fato, a Tabela 8 evidencia que em 1992 mais da metade (57,7%) dos baianos com 15 anos ou mais de idade foram considerados como analfabetos funcionais, percentual bastante superior ao do Brasil (36,9%), e 2,5% maior que o correspondente ao Nordeste (55,2%). Vale ressaltar que a Bahia apresentava uma condição de inferioridade frente à maioria dos estados nordestinos, possuindo a terceira pior taxa do país – apenas os Estados do Maranhão e Piauí possuíam taxas mais elevadas.

TABELA 8 – TAXA DE ANALFABETISMO FUNCIONAL DAS PESSOAS DE 15 ANOS OU MAIS
ÁREAS GEOGRÁFICAS SELECIONADAS, 1992/1999

Área Geográfica	Taxa (%)		Varição (%)
	1992	1999	1992-1999
BRASIL	36,9	29,4	-20,3
Sudeste	29,4	22,3	-24,1
Nordeste	55,2	46,2	-16,3
Maranhão	61,8	52,8	-14,6
Piauí	59,6	53,1	-10,9
Ceará	57,2	46,4	-18,9
Rio Grande do Norte	50,1	39,2	-21,8
Paraíba	55,1	43,3	-21,4
Pernambuco	47,5	40,1	-15,6
Alagoas	54,6	47,4	-13,2
Sergipe	48,6	41,5	-14,6
Bahia	57,7	48,3	-16,3

Fonte: IBGE – Síntese de Indicadores Sociais 2000

Em 1999, apesar da redução de 9,4 pontos percentuais da taxa – que passou para 48,3% – a Bahia continuou ocupando o mesmo 3º lugar no ranking nacional. Quanto a este ponto, merece destaque o fato de que o decréscimo de 16,3% na taxa de analfabetismo funcional foi igual ao observado para a região Nordeste, mas inferior ao verificado para o conjunto do Brasil (-20,3%) e alguns estados nordestinos, a exemplo do Rio Grande do Norte (-21,8%) e Ceará (-18,9%).

Quando a análise direciona-se para o analfabetismo funcional entre a população urbana e rural separadamente, verifica-se na Tabela 9, para a população urbana em 1992 uma taxa de (42,0%) referente ao 7º lugar no ranking nacional e em 1999 da ordem de 34,4%. Dado que os estados do Tocantins e Paraíba conseguiram reduzir a taxa numa intensidade superior entre 1992 e 1999, a Bahia passou a ocupar o 5º lugar em nível nacional.

No tocante à população de analfabetos funcionais na zona rural em 1992, a Bahia ocupava a preocupante liderança do ranking nacional com uma taxa de 83,1% o que significa dizer que somente uma pequena parcela (16,9%) dos baianos da zona rural com 15 anos ou mais de idade enquadravam-se nos critérios definidos pela UNESCO e Mobral para o indivíduo que possui o domínio de habilidades em leitura, escrita, cálculos e ciências correspondentes a uma escolaridade mínima de quatro séries completas (antigo ensino primário). No referido ano, a taxa de 83,1% apresentava-se muito superior as taxas nacional (64,3%), Nordeste (78,35) e de outros estados nordestinos como Ceará (83,0%) e Rio Grande do Norte (67,8%).

Ao final da década, ou seja, em 1999, a Bahia continuava ocupando o 1º lugar no ranking nacional, desta vez com uma taxa de 72,6%, ainda muito superior ao Nordeste (67,1%) e Brasil (53,7%). Vale destacar que apenas a Bahia e o Piauí possuíam taxas de analfabetismo funcional superiores a alarmante proporção de 70,0%.

TABELA 9 – TAXA DE ANALFABETISMO FUNCIONAL DAS PESSOAS DE 15 ANOS OU MAIS
ÁREAS GEOGRÁFICAS SELECIONADAS, 1992/1999

Área Geográfica	1992		1999		Variação % 1992-1999	
	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural
BRASIL	29,9	64,3	23,8	53,7	-20,4	-16,5
Sudeste	26,0	57,2	19,5	45,4	-25,0	-20,6
Nordeste	41,9	78,3	35,3	67,1	-15,8	-14,3
Maranhão	48,8	71,4	44,0	60,0	-9,8	-16,0
Piauí	44,3	80,8	40,1	72,1	-9,5	-10,8
Ceará	43,0	83,0	36,4	68,3	-15,3	-17,7
Rio Grande do Norte	41,4	67,8	33,1	52,4	-20,0	-22,7
Paraíba	42,5	79,6	32,7	66,7	-23,1	-16,2
Pernambuco	38,9	74,6	32,8	66,1	-15,7	-11,4
Alagoas	42,3	76,5	38,2	67,5	-9,7	-11,8
Sergipe	37,6	75,0	31,3	68,2	-16,8	-9,1
Bahia	42,0	83,1	34,4	72,6	-18,1	-12,6

Fonte: IBGE – Síntese de Indicadores Sociais 2000

Outro dado importante que contribui para a construção e entendimento do cenário da educação do estado refere-se à escolaridade média da população.(Tabela 10) Na região nordeste em 1992 somente dois estados (Maranhão e Piauí) apresentavam taxas inferiores a Bahia que apresentava a 3ª menor média de anos de estudo (3,3) da população de 10 anos ou mais de idade, situando-se num patamar inferior inclusive ao da média nordestina (3,5

anos de estudo). Em 1999, apesar da média ter crescido para 4,2 anos de estudo, a Bahia continuava entre os três estados de menor escolaridade média do país e ainda abaixo tanto do nível da região Nordeste (4,3) quanto do total nacional que era de 6,3 anos de estudo, isto é, 2,1 anos a mais (Tabela 10).

Entre os ocupados com 10 anos ou mais de idade, o nível de escolaridade média dos baianos também apresentava-se muito baixo em 1992 (3,4 anos) e também em 1999 (4,3) anos de estudo. Tal patamar tão pequeno de escolaridade dos trabalhadores baianos é extremamente preocupante frente aos requerimentos exigidos pela modernização produtiva. De acordo com o Ministério do Trabalho do Brasil “A baixa escolaridade da força de trabalho brasileira constitui uma séria desvantagem em uma economia aberta e competitiva, uma vez que os novos paradigmas tecnológicos e organizacionais são intensivos em conhecimento”⁸. Neste sentido, os 4,3 anos médios de estudo da população ocupada estadual está situado muito abaixo do nível mínimo de estudo (11 anos) que constitui uma exigência do mercado de trabalho atual.

TABELA 10 – MÉDIA DE ANOS DE ESTUDO DA POPULAÇÃO DE 10 ANOS OU MAIS DE IDADE, TOTAL E OCUPADA
ÁREAS GEOGRÁFICAS SELECIONADAS, 1992/1999

Área Geográfica	Total		Ocupada	
	1992	1999	1992	1999
Brasil	4,9	5,8	5,3	6,3
Sudeste	5,5	6,5	6,2	7,3
Nordeste	3,5	4,3	3,6	4,5
Maranhão	3,0	3,8	3,0	3,7
Piauí	3,1	3,7	3,3	3,7
Ceará	3,4	4,3	3,5	4,4
Rio Grande do Norte	4,0	5,0	4,3	5,7
Paraíba	3,6	4,7	3,9	5,1
Pernambuco	4,0	4,7	4,2	5,1
Alagoas	3,5	4,2	3,8	4,6
Sergipe	4,0	4,7	4,3	5,0
Bahia	3,3	4,2	3,4	4,3

Fonte: IBGE – Síntese de Indicadores Sociais 2000

Conforme destaca Santana (2000), o fato da escolaridade média da população ocupada baiana ser praticamente igual ao da população total, chama atenção pois pode significar, de um lado, que a oferta de força de trabalho com graus mais elevados de instrução formal ainda seja insuficiente e, de outro, a existência de um mercado de trabalho cuja exigência de formação

⁸ MTb, 1998. Emprego no Brasil: diagnóstico e políticas. Assessoria Especial do Ministro, Brasília.

ainda esteja limitada a pequenos segmentos da PEA, sobretudo daqueles que detêm emprego formal e que se encontrem vinculados aos ramos mais modernos da economia. No Sudeste, além da escolaridade média ser significativamente superior à da Bahia, observa-se uma diferença mais elevada entre a escolaridade média da população total (6,5 anos de estudo) e da população ocupada (7,3 anos de estudo), reflexo provável de um mercado de trabalho menos heterogêneo que o da Bahia no que diz respeito às exigências de instrução formal.

Tratando-se de uma outra importante variável educacional – a escolarização das crianças – no final da década de 90, em todas as Unidades da Federação, mais de 90,0% das crianças de 7 a 14 anos de idade freqüentavam a escola, sendo de 95,0% no caso da Bahia.

TABELA 11 – TAXA DE ESCOLARIZAÇÃO DAS CRIANÇAS DE 7 A 14 ANOS DE IDADE POR QUINTOS DE RENDA DOMICILIAR PER CAPITA
ÁREAS GEOGRÁFICAS SELECIONADAS, 1999

Área Geográfica	Taxa de escolarização das crianças de 7 a 14 anos					
	Total	1º Quinto	2º Quinto	3º Quinto	4º Quinto	5º Quinto
BRASIL	95,7	92,5	94,2	96,0	97,0	98,9
Sudeste	96,7	94,2	95,9	96,5	98,0	99,2
Nordeste	94,1	91,5	92,3	94,7	95,0	97,4
Maranhão	94,7	94,0	90,6	96,5	95,1	97,6
Piauí	95,1	91,6	93,0	95,3	95,8	99,5
Ceará	94,8	93,5	94,0	94,3	95,7	97,2
Rio Grande do Norte	95,3	98,4	93,0	91,3	98,4	96,8
Paraíba	95,7	93,2	94,0	95,3	97,9	98,7
Pernambuco	92,1	86,5	91,6	91,8	93,0	97,0
Alagoas	88,1	76,6	82,4	90,9	92,6	97,7
Sergipe	93,6	86,8	90,9	96,0	95,4	97,7
Bahia	95,0	93,0	94,8	95,3	95,5	97,2

Fonte: IBGE – Síntese de Indicadores Sociais 2000

No entanto, ao observar-se a taxa de escolarização sob o nível de renda dos domicílios (Tabela 11), percebe-se que a proporção de crianças freqüentando escola varia proporcionalmente ao seu maior ou menor grau de pobreza; no grupo mais pobre (crianças baianas pertencentes ao primeiro quinto da distribuição da renda), ainda que a taxa de escolarização seja relativamente elevada (93,0%) é mais baixa do que aquela referente ao grupo mais rico (último quinto) que alcança 97,2%. No Brasil e na região Sudeste essa tendência também se manifesta numa proporção muito próxima a da Bahia, o mesmo acontecendo na região Nordeste como um todo. Merece destaque, todavia as situações dos estados do Rio Grande do Norte e Alagoas, com o primeiro apresentando um quadro mais igualitário (com taxa de 98,4% no quinto de renda mais pobre e de 96,8% no mais rico) e a

situação oposta verificada em Alagoas (com 76,6% e 97,7%, respectivamente). Frente a essas informações, o Rio grande do Norte oferece um exemplo de que mesmo perante uma situação de pobreza a educação fundamental pode se estender à quase totalidade das crianças.

Tratando-se de um dos grandes obstáculos a serem vencidos no sistema educacional, isto é, o atraso escolar, observa-se na Tabela 12 que a Bahia apresentava uma taxa de repetência⁹ de 33,2% em 1999. Tal valor era superior ao da média nacional (23,4%) e dos outros estados nordestinos de maior vigor econômico – Ceará (26,7%), Rio Grande do Norte (32,2%) e Pernambuco (32,8%).

A análise do indicador de abandono escolar esclarece ainda mais as contundentes problemáticas do sistema educacional baiano. Em 1999, a taxa de abandono¹⁰ do ensino fundamental no estado alcançava uma proporção alarmante de 19,6% e se constituía na segunda pior do país, sendo inferior apenas à taxa verificada em Alagoas (21,6%).

TABELA 12 – INDICADORES DE DESEMPENHO DO ENSINO FUNDAMENTAL

Unidades da Federação do Nordeste e Brasil	Taxa de Promoção (%)	Taxa de Repetência (%)	Taxa de Evasão (%)	Taxa de Abandono (%)
Brasil	72,7	23,4	3,9	12,0
Maranhão	58,5	34,8	6,8	15,5
Piauí	52,3	41,2	6,5	15,0
Ceará	69,3	26,7	4,0	12,6
Rio Grande do Norte	64,2	32,2	3,6	17,0
Paraíba	58,6	35,9	5,5	17,5
Pernambuco	62,1	32,8	5,1	16,6
Alagoas	51,5	43,0	5,5	21,6
Sergipe	57,9	37,0	5,1	16,7
Bahia	61,3	33,2	5,5	19,6

Fonte: UNICEF – Relatório Situação da Infância Brasileira 2001

As elevadas magnitudes alcançadas por estes indicadores – juntamente com a taxa de evasão¹¹ alcançada (5,5%) – contribuem para o nefasto processo de defasagem idade/série¹², fenômeno largamente presente nas escolas da Bahia (e do país como um todo) e principal

⁹ É o percentual de alunos que se matriculam no início de um ano letivo na mesma série em que estavam matriculados no ano anterior. É obtida dividindo-se o número de alunos repetentes pelo número de alunos matriculados no início do mesmo ano letivo.

¹⁰ Representa o percentual de alunos que abandonaram o seu grau de instrução durante o ano letivo em relação ao número de alunos matriculados no ano letivo seguinte.

¹¹ Corresponde ao percentual de alunos que se matriculam no início de um ano letivo em uma determinada série e que no ano seguinte não se matricularam em nenhuma série, nem como alunos promovidos nem como repetentes.

¹² É o percentual de alunos matriculados em um determinado nível de ensino cuja idade não é pedagogicamente adequada a esse nível, ou seja, indica a proporção de alunos que têm idade cronológica superior (em geral) ou inferior a coorte correspondente a cada nível de ensino. Sendo assim, permite avaliar a defasagem entre a idade dos alunos e a série que frequentam.

responsável pelo travamento do fluxo escolar. De acordo com as informações da PNAD e do Censo Educacional realizado pelo MEC /INEP, a Bahia possuía em 1999 a maior taxa de defasagem idade/série do país (66,6%) no ensino fundamental, ou seja, a maior proporção de estudantes de 7 a 14 anos de idade que não freqüentam a série adequada à sua idade.(Tabela13)

Esta defasagem é decorrente da continuidade do ponto crítico no fluxo escolar que é a passagem da 1^a para a 2^a série e da 4^a para a 5^a série do ensino fundamental, seja por motivos de abandono, evasão ou repetência. Embora a ocorrência desses motivos seja menor do que no início da década, ainda constituem um forte fator de preocupação.

Analisando-se a defasagem de forma desagregada (por idade), conforme ilustra a Tabela 13, é possível constatar que a mesma ocorre numa dimensão elevada em todas as idades que, em princípio, deveriam corresponder às oito séries do ensino fundamental. Já na idade de 7 anos nota-se que a taxa de defasagem idade/série mostra-se elevada (26,4%), sobretudo ao considerar-se a fase escolar inicial que a idade pressupõe. A partir dos 8 anos de idade aumenta sucessivamente a proporção de crianças que não freqüentam a série adequada à sua idade, alcançando alarmantes 89,3% na idade de 14 anos.

Comparando-se os percentuais de defasagem série/idade entre as áreas geográficas, verifica-se que as mesmas são elevadas em todas elas. Percebe-se, assim, que se o atraso escolar está presente em todos os estados brasileiros, na Bahia o mesmo se apresenta de maneira ainda mais acentuada, demandando esforços incomensuráveis para regularizar o fluxo escolar.

Os elevados níveis de atraso escolar verificados na Bahia impedem o fluxo no decorrer dos níveis de ensino, propiciando a existência de uma reduzida proporção de estudantes matriculados no nível de ensino superior. Em 1999, o percentual de estudantes de nível superior de 15 anos ou mais de idade era de apenas 5,0% e se constituía no mais baixo do Brasil, conforme Tabela 14. Chama atenção o fato de alguns estados nordestinos possuírem uma proporção de estudantes no ensino superior pelo menos duas vezes maior do que a da Bahia – Paraíba (11,6%), Sergipe (10,6%) e Rio Grande Norte (10,0%). Vale enfatizar que essa situação foi agravada entre 1992 e 1999, uma vez que a Bahia possuía o terceiro menor percentual em 1992.

TABELA 13 – TAXA DE DEFASAGEM IDADE-SÉRIE DAS CRIANÇAS DE 7 A 14 ANOS DE IDADE

ÁREAS GEOGRÁFICAS SELECIONADAS, 1999

Área Geográfica	Taxa de defasagem das crianças de 7 a 14 anos, por idade (%)								
	Total	7 anos	8 Anos	9 anos	10 anos	11 anos	12 anos	13 anos	14 anos
BRASIL	44,0	16,6	33,8	45,2	49,8	55,7	62,2	66,8	72,7
Sudeste	30,6	16,0	28,2	36,7	37,6	44,1	51,2	57,1	63,5
Nordeste	61,9	24,7	49,2	64,9	72,6	76,9	81,6	85,1	87,9
Maranhão	63,6	40,0	61,5	73,3	82,7	81,7	88,3	84,7	92,7
Piauí	64,7	32,5	54,1	72,4	71,6	84,7	90,1	88,1	89,3
Ceará	55,7	22,5	43,8	56,6	69,3	73,8	82,4	86,8	85,6
Rio Grande do Norte	53,8	15,2	27,6	59,6	61,1	68,8	69,2	81,0	83,8
Paraíba	64,6	17,5	48,4	64,7	64,1	81,8	75,9	81,1	86,6
Pernambuco	55,8	17,3	45,8	59,6	69,2	72,6	76,4	81,9	84,1
Alagoas	65,6	18,3	51,8	68,7	79,2	82,0	84,0	84,0	85,4
Sergipe	64,6	16,3	58,9	63,2	70,4	73,2	79,1	85,4	93,9
Bahia	66,6	26,4	50,0	67,2	74,7	76,7	82,6	87,3	89,3

Fontes: IBGE – Síntese de Indicadores Sociais 2000
UNICEF – Relatório Situação da Infância Brasileira 2001

TABELA 14 – PERCENTUAL DE ESTUDANTES DE NÍVEL SUPERIOR DE 15 ANOS OU MAIS DE IDADE

UNIDADES DA FEDERAÇÃO, 1999

Unidades da Federação	1992	1999	Unidades da Federação	1992	1999
Rio Grande do Sul	22,7	23,9	Sergipe	7,6	10,6
Mato Grosso do Sul	12,7	19,9	Acre	15,8	10,3
Distrito Federal	19,4	19,6	Minas Gerais	12,8	10,3
Rio de Janeiro	18,9	19,0	Rio Grande do Norte	12,1	10,0
São Paulo	16,0	18,3	Tocantins	1,1	9,6
Santa Catarina	16,4	17,0	Ceará	7,7	9,2
Paraná	14,3	17,0	Pernambuco	10,9	9,1
Espírito Santo	8,6	15,1	Alagoas	4,6	8,5
Rondônia	11,7	14,4	Amazonas	8,6	8,0
Goiás	8,8	13,5	Amapá	5,3	6,7
Roraima	10,2	12,2	Pará	8,1	6,6
Mato Grosso	12,5	12,1	Piauí	6,8	5,5
Paraíba	12,7	11,6	Maranhão	2,5	5,1
			Bahia	4,3	5,0

Fonte: IBGE – Síntese de Indicadores Sociais 2000
Nota: Exclusivo Pós-Graduação

3.3 OS PADRÕES DE SAÚDE DA POPULAÇÃO E A OFERTA DE SERVIÇOS

As transformações demográficas, sociais e econômicas pelas quais passa a sociedade baiana (e a brasileira, numa visão mais geral) vêm proporcionando significativos impactos nas condições de vida e saúde da população, gerando novas demandas para o sistema de

saúde., pressionando-o no sentido de adaptar-se ao novo perfil de necessidades. O livre processo de transição demográfica em curso é acompanhado de uma transição epidemiológica, processo no qual o declínio dos níveis de mortalidade ocorre concomitantemente a uma crescente complexidade das causas de morte. Nesse contexto, aumenta a importância das doenças não transmissíveis e atribuídas a padrões de desenvolvimento mais avançados, em detrimento dos óbitos atrelados às enfermidades infecciosas e parasitárias.

A intensidade com que vem ocorrendo esse processo na Bahia pode ser visualizada através de informações do Ministério da Saúde, onde observa-se que, entre 1980 e 1998 houve um aumento da participação (de 15,8% para 22,4%) de mortes associadas às doenças do aparelho circulatório, das neoplasias (de 4,7% para 7,7%) concomitantemente a uma expressiva redução dos óbitos ocasionados por doenças infecciosas e parasitárias na estrutura total – de 13,6% em 1980 para 5,9% em 1998. (Tabela 15)

TABELA 15 – ÓBITOS DE RESIDENTES SEGUNDO PRINCIPAIS CAUSAS BAHIA, 1980/1998

Causas de Morte	(Em %)		
	1980	1990	1998
Sintomas, sinais e achados anormais de exames clínicos e laboratoriais não classificados em outra parte	35,1	32,8	28,2
Doenças do aparelho circulatório	15,8	21,1	22,4
Causas externas de morbidade e mortalidade	7,2	8,9	11,3
Neoplasias (tumores)	4,7	6,4	7,7
Doenças do aparelho respiratório	6,9	5,4	6,8
Algumas doenças infecciosas e parasitárias	13,6	7,7	5,9
Óbitos por todos os demais grupos de causas	16,6	17,8	17,6
TOTAL	100,0	100,0	100,0

FONTE: DATASUS.

Em 1998, as estatísticas ainda registram como principal "causa de morte" na Bahia, os "sintomas, sinais e achados anormais de exames clínicos e laboratoriais não classificados em outra parte", que constituem resíduos estatísticos nas regiões e estados desenvolvidos do país.

Diante deste contexto complexo de transformações, a análise da evolução dos indicadores sociais de saúde se constitui de suma importância no processo de acompanhamento da situação das condições de vida da população.

A mortalidade infantil tem sido historicamente utilizada como um bom indicador de avaliação das condições de saúde e de vida das populações. Durante o período considerado

nesta análise (1992/1999), a mortalidade infantil na Bahia, decresce de 57,9 óbitos de menores de 1 ano por 1000 nascidos vivos para 45,4 ou seja, um decréscimo de aproximadamente 21,6%. Importante ressaltar que o valor da mortalidade infantil estimado para 1999 está bastante acima da meta de 33‰, estipulada pela Cúpula Mundial das Nações Unidas pela Criança para o ano 2000.

Os avanços alcançados no processo de redução da mortalidade infantil ocorreram em todas as unidades da federação (ainda que em magnitudes diferenciadas) e guardam relação direta com as ações do Programa de Agentes Comunitários de Saúde – PACS e de algumas ONGs, a exemplo da Comissão Pastoral da Terra.

Apesar desta melhoria persistem ainda, profundos contrastes entre os estados. Por um lado, os estados do Sudeste, Sul e Centro-Oeste se destacam com os menores níveis de mortalidade infantil (valores levemente superiores a 20‰), conforme Tabela 16, em oposição à Região Nordeste onde o indicador é estimado em 53‰, para o ano de 1999. Cabe frisar que tanto no ano 1992 quanto em 1999, as maiores taxas de mortalidade infantil do país pertenciam aos nove estados nordestinos. Sendo assim, a Bahia, ainda que possuísse a 2ª menor taxa do Nordeste detinha 8ª maior do país. Quanto a esse ponto, vale ainda destacar que a Bahia piorou sua situação na classificação nacional ao longo da década, uma vez que em 1992 o estado possuía a menor taxa do nordeste, posto perdido para o Piauí em 1999. Com efeito, a redução da taxa entre 1992/1999 foi maior no Piauí (-22,8%) do que na Bahia (-21,6%).

**TABELA 16 – TAXA DE MORTALIDADE INFANTIL
ÁREAS GEOGRÁFICAS SELECIONADAS, 1992/1999**

Área Geográfica	Taxa de Mortalidade Infantil (‰)		Variação 1992-1999 (%)
	1992	1999	
BRASIL	44,3	34,5	-22,1
Sudeste	30,0	24,4	-18,7
Nordeste	65,2	53,0	-18,7
Maranhão	70,7	54,2	-23,3
Piauí	58,7	45,3	-22,8
Ceará	64,6	52,4	-18,9
Rio Grande do Norte	63,7	48,7	-23,5
Paraíba	75,3	60,3	-19,9
Pernambuco	69,9	58,2	-16,7
Alagoas	90,0	66,1	-26,6
Sergipe	60,0	45,5	-24,3
Bahia	57,9	45,4	-21,6

Fonte: IBGE – Síntese de Indicadores Sociais 2000

Analisando-se a situação da oferta de serviços de saúde com base nas informações disponibilizadas pela Pesquisa de Assistência Médico-Sanitária de 1999, realizada pelo IBGE em parceria com o Ministério da Saúde, constata-se através da Tabela 17 que a Bahia passou a contar com mais 1.054 estabelecimentos de saúde entre 1992 e 1999. No início da década havia 3.080 estabelecimentos de saúde em todo estado, número que se elevou para 4.134 em 1999 (acréscimo de 34,2% em 7 anos). Tal crescimento foi bastante significativo no âmbito da região Nordeste, dado que somente o Estado do Maranhão (com 65,1%) superou o incremento observado na Bahia.

TABELA 17 – ESTABELECIMENTOS DE SAÚDE E NUMERO DE HABITANTES POR ESTABELECIMENTO UNIDADES DA FEDERAÇÃO, 1992/1999

Unidades da Federação	Número de Estabelecimentos de Saúde			Número de Habitantes por Estabelecimento (1.000 habitantes)		
	1992	1999	Var. %	1992	1999	Var. %
Rondônia	725	932	28,6	1.598	1.441	-9,8
Acre	210	351	67,1	2.056	1.523	-25,9
Amazonas	599	632	5,5	3.606	4.102	13,8
Roraima	147	191	29,9	1.523	1.424	-6,5
Pará	1.331	1.870	40,5	3.812	3.207	-15,9
Amapá	138	217	57,2	2.222	2.041	-8,1
Tocantins	363	452	24,5	2.614	2.568	-1,8
Maranhão	1.011	1.669	65,1	4.955	3.285	-33,7
Piauí	1.057	1.245	17,8	2.479	2.263	-8,7
Ceará	2.192	2.614	19,3	2.953	2.773	-6,1
Rio Grande do Norte	1.146	1.256	9,6	2.142	2.165	1,1
Paraíba	1.275	1.418	11,2	2.543	2.477	-2,6
Pernambuco	1.977	2.394	21,1	3.645	3.213	-11,9
Alagoas	741	791	6,7	3.445	3.591	4,2
Sergipe	627	744	18,7	2.426	2.316	-4,5
Bahia	3.080	4.134	34,2	3.906	3.135	-19,7
Minas Gerais	5.992	7.143	19,2	2.665	2.444	-8,3
Espírito Santo	1.198	1.261	5,3	2.215	2.397	8,2
Rio de Janeiro	3.750	4.240	13,1	3.451	3.231	-6,4
São Paulo	8.777	8.839	0,7	3.666	4.075	11,2
Paraná	3.769	4.061	7,7	2.275	2.310	1,5
Santa Catarina	2.288	2.321	1,4	2.023	2.236	10,5
Rio Grande do Sul	3.955	3.437	-13,1	2.340	2.903	24,1
Mato Grosso do Sul	668	682	2,1	2.718	3.011	10,8
Mato Grosso	871	1.137	30,5	2.385	2.145	-10,1
Goiás	1.399	1.717	22,7	2.943	2.814	-4,4
Distrito Federal	390	385	-1,3	4.216	5.122	21,5

Fonte: IBGE – Pesquisa de Assistência Médico-Sanitária

No entanto, se faz necessário avaliar o número médio de habitantes por estabelecimento, ou seja, relativizá-los em função do tamanho da população, obtendo-se assim, um indicativo da pressão populacional exercida sobre o sistema de saúde. Ainda que tenha reduzido 19,7% entre 1992 e 1999 (apontando uma menor pressão sobre o sistema), o número de habitantes por estabelecimento de saúde na Bahia ainda era elevado em 1999 (cerca de 3.135 pessoas), situando-se como o 9º maior dentre as 27 Unidades da Federação – esta média também era superior a de vários estados nordestinos, a exemplo do Rio Grande do Norte (2.165), Piauí (2.263), Paraíba (2.477) e Ceará (2.773).

Do total existente em 1999, 61,8% pertenciam à rede pública, com a esfera municipal respondendo pela quase totalidade (94,2%) da oferta. Quanto aos 1.580 estabelecimentos pertencentes à rede privada, 511 (32,3%) estavam conveniados ao SUS.¹³

Quanto às unidades voltadas para o Apoio à Diagnose e Terapia, estabelecimentos que, em geral, concentram boa parte dos equipamentos médicos mais sofisticados, a sua presença é ainda ínfima (3,3%) na Bahia, conforme demonstra a Tabela 20, sobretudo levando-se em conta que, em termos nacionais, elas correspondiam a 13,0% do total dos estabelecimentos e na região Nordeste era de 6,5% – ressalte-se que a Bahia, juntamente com o Maranhão, possuía a 2ª menor proporção do Brasil.

Além do número relativamente pequeno (135 unidades), os estabelecimentos de Apoio à Diagnose e Terapia encontram-se concentrados na sua totalidade, no setor privado, sendo que desse total apenas 21,5 são conveniados com o SUS. Especialmente, 83 unidades (61,5%¹⁴ do total), estão localizados na Região Metropolitana de Salvador – RMS, sendo 83 delas na capital Salvador. Apesar da RMS abrigar o maior contingente do Estado destas unidades voltadas para a diagnose e terapia, no próprio âmbito metropolitano elas estavam presentes em apenas 7,6% do total de estabelecimentos existentes na RMS – esta proporção era a menor dentre as 11 regiões metropolitanas pesquisadas no país.

¹³ IBGE, 1999 (Pesquisa de Assistência-Médico-Sanitária).

¹⁴ Idem

**TABELA 18 – ESTABELECEMENTOS DE SAÚDE COM UNIDADES DE APOIO À
DIAGNOSE E TERAPIA
UNIDADES DA FEDERAÇÃO, 1992/199**

Áreas Geográficas	Apoio à Diagnose e Terapia	
	Número	% sobre o total
BRASIL	7 318	13,0
Norte	242	5,2
Rondônia	28	3,0
Acre	30	8,5
Amazonas	47	7,4
Roraima	7	3,7
Pará	80	4,3
Região Metropolitana	61	19,5
Amapá	14	6,5
Tocantins	36	8,0
Nordeste	1 050	6,5
Maranhão	55	3,3
Piauí	50	4,0
Ceará	219	8,4
Região Metropolitana	128	17,9
Rio Grande do Norte	81	6,4
Região Metropolitana	53	14,7
Paraíba	143	10,1
Pernambuco	279	11,7
Região Metropolitana	199	22,0
Alagoas	44	5,6
Sergipe	44	5,9
Bahia	135	3,3
Região Metropolitana	83	7,6
Sudeste	4 054	18,9
Minas Gerais	1 191	16,7
Região Metropolitana	313	24,1
Espírito Santo	234	18,6
Região Metropolitana	124	28,4
Rio de Janeiro	962	22,7
Região Metropolitana	716	28,0
São Paulo	1 667	18,9
Região Metropolitana	722	20,2
Sul	1 473	15,0
Paraná	694	17,1
Região Metropolitana	257	32,4
Santa Catarina	311	13,4
Florianópolis	48	23,5
Rio Grande do Sul	468	13,6
Região Metropolitana	192	22,0
Centro-Oeste	499	12,7
Mato Grosso do Sul	129	18,9
Mato Grosso	103	9,1
Goiás	208	12,1
Distrito Federal	59	15,3

Fonte: IBGE – Pesquisa de Assistência Médico-Sanitária

Dentre os equipamentos médico-hospitalares listados pela pesquisa e considerados aqueles mais avançados para o diagnóstico e tratamento de doenças, não se registra a ausência de nenhum deles no território baiano. Esses equipamentos, no entanto, aparecem em proporção inferior àquela que se poderia esperar para um estado com a dimensão demográfica da Bahia. Assim, mesmo possuindo uma população que representa cerca de 8% da população do país, o estado possui apenas 2,6% dos tomógrafos, 2,8% dos aparelhos de ressonância magnética, 3,6% dos equipamentos de hemodiálise, ou 5,5% do encefalógrafos.

Além disso, esses equipamentos encontram-se altamente concentrados nos estabelecimentos de saúde da capital. Dessa forma, segundo a Pesquisa-Médico-Sanitária 48,1% do mamógrafos com estereotaxia estão localizados em Salvador, da mesma forma que 47,3% dos aparelhos de ultrassom doppler colorido, 68,1% dos equipamentos de hemodiálise, 65,8% dos tomógrafos ou 100% dos aparelhos de ressonância magnética (apenas 08 unidades).

**TABELA 19 – NÚMERO DE LEITOS POR HABITANTES
UNIDADES DA FEDERAÇÃO, 1999**

Unidades da Federação	Leitos / 1000 habitantes	
	Total	SUS
Goiás	3,89	4,62
Rio de Janeiro	3,71	4,02
Mato Grosso do Sul	3,53	3,13
Paraíba	3,50	3,50
Maranhão	3,44	4,57
Rio Grande do Sul	3,44	3,14
Mato Grosso	3,35	2,80
Paraná	3,27	3,22
Roraima	3,21	2,78
Santa Catarina	3,12	3,02
Tocantins	3,02	2,62
Pernambuco	2,96	2,88
Acre	2,90	2,89
Minas Gerais	2,89	3,00
São Paulo	2,86	2,94
Piauí	2,75	2,97
Rondônia	2,67	2,55
Alagoas	2,65	2,68
Rio Grande do Norte	2,63	2,62
Espírito Santo	2,63	2,39
Ceará	2,57	2,38
Distrito Federal	2,48	2,04
Sergipe	2,30	2,01
Bahia	2,30	2,18
Pará	2,11	1,93
Amapá	1,91	1,80
Amazonas	1,80	1,77

Fonte: DATASUS

A oferta de leitos por habitantes se constitui em um dos principais indicadores de oferta de serviços de saúde. Segundo as informações fornecidas pelo DATASUS, a Bahia possuía, em 1999, cerca de 2,30 leitos em média para cada grupo de 1000 habitantes. Este número era o mais baixo dentre todos estados que compõem a região Nordeste e o 4º menor do país. Tratando-se meramente dos leitos vinculados ao Sistema Único de saúde – SUS (existentes ou contratados) a média era ainda um pouco inferior (2,18 leitos/1000 habitantes) (Tabela 19).

Em algumas áreas a oferta de leitos oscila bastante em relação a média (tanto para baixo quanto para cima), em virtude do fato de que a distribuição de leitos não acompanha a distribuição da população, ocorrendo maior concentração em centros de referência e em locais que dispõem de serviços especializados em doenças crônico-degenerativas e de atenção aos agravos à saúde mental.

Transferindo a análise para a questão do acesso e utilização de serviços de saúde, de acordo com as informações da Pesquisa Suplementar Saúde da PNAD do ano de 1998 (Tabela 20), estima-se em 1,59 milhão o contingente de baianos cobertos por pelo menos um plano de saúde, o que corresponde a 12,4% da população do estado – percentual idêntico ao do Nordeste, mas equivalente à praticamente metade do referente à população brasileira (24,5%). A cobertura de planos de saúde é expressivamente maior entre a população residente em áreas urbanas (19,3%) do estado que nas áreas rurais (1,3%). Para o Nordeste, tais proporções são de 18,0% e 2,7% respectivamente. Merece destaque o fato de que a proporção de população baiana coberta na zona rural, além de representar apenas a metade daquela correspondente à região Nordeste, era a terceira menor dentre os nove estados nordestinos.

**TABELA 20 – PROPORÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE COBERTA POR PLANO DE SAÚDE
ÀS ÁREAS GEOGRÁFICAS SELECIONADAS, 1998**

Área Geográfica	Proporção da população coberta por plano de saúde (%)		
	Total	Urbana	Rural
Brasil	24,5	29,2	5,8
Sudeste	33,3	36,3	9,5
Nordeste	12,4	18,0	2,7
Maranhão	5,9	6,0	5,8
Piauí	9,2	15,2	0,5
Ceará	11,4	16,5	0,9
Rio Grande do Norte	11,0	15,0	3,7
Paraíba	16,0	23,4	1,8
Pernambuco	17,4	21,3	4,8
Alagoas	12,0	16,7	3,3
Sergipe	15,5	21,2	2,1
Bahia	12,4	19,3	1,3

Fonte: IBGE – PNAD 1998 Acesso e Utilização de Serviços de Saúde.

O percentual da população do estado que possui um plano de saúde varia de um mínimo de 9,6% entre pessoas até 18 anos, a um máximo de 16,9% entre a população de 40 a 64 anos. Entre a população idosa (65 anos ou mais) de cerca de 731 mil pessoas, uma proporção de 11,9% possui cobertura, significando que um contingente de 644 mil idosos não é coberto por um plano de saúde¹⁵.

Conforme chama atenção Guimarães (2001), a existência desse expressivo contingente de idosos sem cobertura de plano de saúde (88,1%) incorre numa forte pressão sobre o serviço público de saúde. Primeiramente, pelo fato de que a capacidade física e biológica do ser humano diminui naturalmente com o passar dos anos, o que torna as pessoas idosas mais suscetíveis ao risco de se enfermarem e, portanto, usuárias mais assíduas dos serviços de saúde. Além disso, os gastos com a saúde dos idosos são significativamente elevados em razão do padrão particular de morbidade que apresentam. Na composição da morbidade deste grupo figura uma alta proporção de doenças crônicas degenerativas, dentre as quais destacam-se as doenças do aparelho circulatório (com especial incidência de doenças cerebrovasculares e isquêmicas do coração), assim como neoplasias e diabetes que, por serem agravos associados tanto a fatores inerentes à própria constituição do indivíduo como ao estilo de vida da população, são de difícil tratamento preventivo.

O resultado é que, na medida em que não é possível modificar-se, em ampla escala, as causas subjacentes das enfermidades entre os idosos, são altos os custos envolvidos com internações prolongadas, cuidados médicos, equipamentos e medicamentos. Deste modo, a medicina geriátrica representa gastos vultosos em saúde, na medida em que depende de tecnologia médica avançada e recursos humanos e físicos mais qualificados. (Saad, 1990)

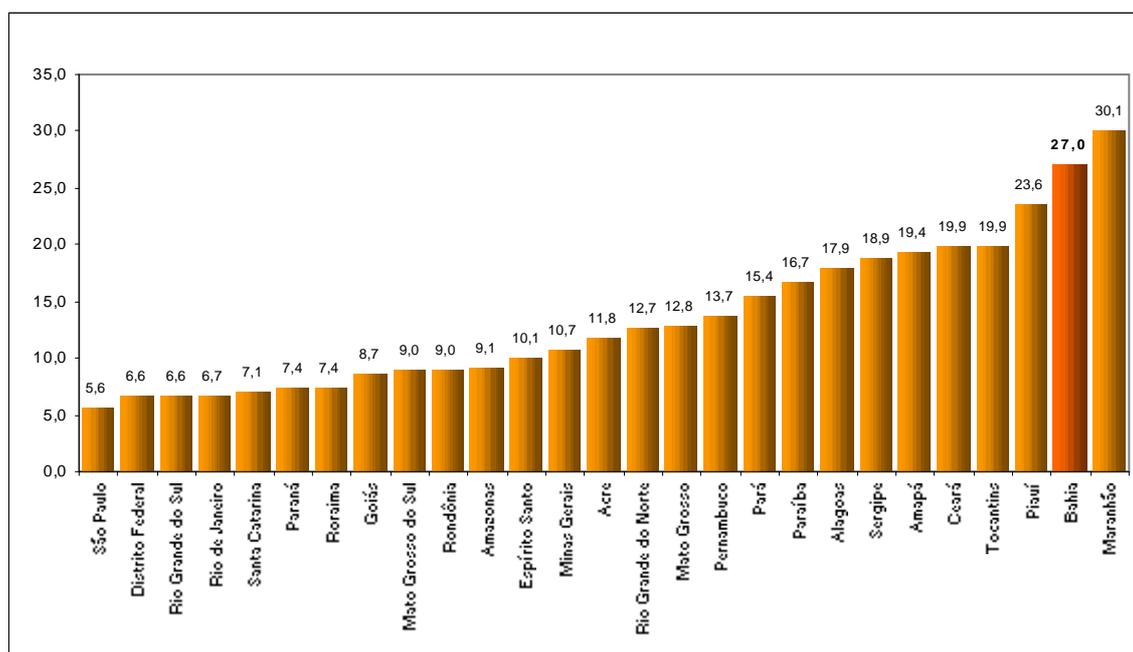
Num segundo plano, esse quadro também representa um grande desafio para as políticas públicas na medida em que 59,9% das pessoas de 60 anos ou mais de idade na Bahia vivem em famílias com renda familiar per capita de até 1 salário mínimo mensal, não dispendo portanto, de recursos financeiros para fazer frente aos vultosos gastos com saúde demandados por esse grupo etário, conforme mencionado anteriormente.

No que refere-se ao acesso aos serviços odontológicos, o Gráfico 3 demonstra que um número expressivo, estimado em 3,12 milhões de pessoas de cinco anos e mais de idade

¹⁵ PNAD, 1998 Especial. Serviço de Saúde.

nunca consultou dentista. Este contingente equivalia a 27,0% da população do estado e, em nível nacional, situava a Bahia como a Unidade da Federação que detinha a segunda maior proporção de indivíduos que jamais realizaram uma consulta odontológica.

GRÁFICO 3 – PROPORÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE DE 5 ANOS OU MAIS DE IDADE QUE NUNCA CONSULTOU AO DENTISTA UNIDADES DA FEDERAÇÃO, 1998



Fonte: IBGE – Síntese de Indicadores Sociais 2000

3.4 A SITUAÇÃO DA PRIMEIRA INFÂNCIA

Em dezembro de 2000, a UNICEF, em parceria com o IBGE, lançou o relatório a Situação da Infância Brasileira 2001, dando ênfase especial à primeira fase de vida da criança, ou seja, da gestação aos primeiros seis anos de vida. Aos cuidados que as crianças precisam em sua primeira etapa de vida chama-se Desenvolvimento Infantil. Diante dessa concepção, foi construído o Índice de Desenvolvimento Infantil (IDI).

Foram selecionados os seguintes indicadores para constituir o IDI:

- Percentual de crianças menores de 6 anos morando com pais com escolaridade precária.
- Cobertura vacinal contra sarampo e DTP em crianças menores de 1 ano de idade

- Percentual de mães com cobertura pré-natal adequada.
- Taxa de escolarização bruta na pré-escola
- Taxa de escolarização bruta na creche

Com o índice é possível traçar um parâmetro sobre os cuidados à primeira infância nos estados e municípios brasileiros. O IDI de um Estado ou município varia de 0 a 1, sendo 1 o valor máximo que a área geográfica deveria buscar atingir no processo de sobrevivência, crescimento e desenvolvimento de suas crianças no primeiro período da vida.

Para efeitos de interpretação e comparação entre estados e municípios pode-se também utilizar a mesma classificação do IDH, ou seja:

- IDI acima de 0,800 = desenvolvimento infantil elevado;
- IDI entre 0,500 e 0,799 = desenvolvimento infantil médio;
- IDI abaixo de 0,500 = desenvolvimento infantil baixo.

Conforme explicita a Tabela 21, a Bahia, com um IDI de apenas 0,451 em 1999, além de apresentar desenvolvimento infantil baixo, ocupava o 25^o lugar na classificação nacional, ou seja, possuía o terceiro pior nível de atenção às crianças de 0 a 6 anos dentre os 27 estados brasileiros.

Tratando-se da distribuição dos municípios das unidades da federação por faixas de IDI, observa-se que a grande maioria dos municípios baianos (244 ou 58,8%) estavam enquadrados na faixa de IDI de 0,000 a 0,3999, de desenvolvimento infantil baixo ao passo em que apenas cinco (Madre de Deus, Salvador, Nazaré, Salinas da Margarida e Candeias) figuravam na faixa de 0,600 a 0,7999¹⁶ – esta exígua proporção de 1,2% era a 4^a menor do país.

Outra constatação que chama a atenção é que dentre os 200 municípios de menor desenvolvimento infantil do país, um contingente de 52, ou seja, mais de um quarto pertenciam ao Estado da Bahia. (UNICEF, 2001).

¹⁶ Nenhum destes cinco municípios apresentava IDI superior a 0,700, dado que o maior valor alcançado foi em Madre de Deus (0,681), segundo o relatório da UNICEF.

TABELA 21– UNIDADES DA FEDERAÇÃO ORDENADAS SEGUNDO O ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL E DISTRIBUIÇÃO ABSOLUTA E RELATIVA DOS SEUS MUNICÍPIOS POR FAIXAS DE IDI

Ranking Nacional	Unidades da Federação	Índice de Des. Inf. IDI.	Número de municípios por faixas de IDI						Total de Municípios
			0,000 a 0,3999		0,400 a 0,5999		0,600 a 0,7999*		
			nº	%	nº	%	nº	%	
1	Distrito Federal	0,673	0,0	0,0	0,0	0,0	1	100,0	1
2	Rio de Janeiro	0,661	1	1,1	38	41,8	52	57,1	91
3	São Paulo	0,657	7	1,1	291	45,1	346	53,6	645
4	Rio G. do Sul	0,630	5	1,1	253	54,2	209	44,8	467
5	Santa Catarina	0,619	1	0,3	211	72,0	81	27,7	293
6	Espírito Santo	0,609	2	2,6	54	70,1	21	27,3	77
7	Roraima	0,606	3	20,0	11	73,3	1	6,7	15
8	Goiás	0,598	11	4,6	166	68,6	65	26,9	242
9	Paraná	0,594	33	8,3	251	62,9	115	28,8	399
10	Mato G. do Sul	0,593	3	3,9	63	81,8	11	14,3	77
11	Amapá	0,571	4	25,0	11	68,8	1	6,3	16
12	Minas Gerais	0,568	173	20,3	557	65,3	123	14,4	853
13	Mato Grosso	0,552	6	4,8	107	84,9	13	10,3	126
14	Sergipe	0,550	8	10,7	61	81,3	6	8,0	75
15	Rio G. do Norte	0,549	25	15,1	127	76,5	14	8,4	166
16	Rondônia	0,527	19	36,5	31	59,6	2	3,9	52
17	Pernambuco	0,522	72	38,9	108	58,4	5	2,7	185
18	Ceará	0,517	49	26,6	132	71,7	3	1,6	184
19	Tocantins	0,513	35	25,2	96	69,1	8	5,8	139
20	Paraíba	0,504	58	26,0	162	72,7	3	1,4	223
21	Piauí	0,484	113	51,1	104	47,1	4	1,8	221
22	Amazonas	0,471	49	79,0	11	17,7	2	3,2	62
23	Pará	0,464	73	51,1	66	46,2	4	2,8	143
24	Maranhão	0,455	138	63,6	77	35,5	2	0,9	217
25	Bahia	0,451	244	58,8	166	40,0	5	1,2	415
26	Acre	0,428	14	63,6	8	36,4	0	0,0	22
27	Alagoas	0,426	73	72,3	28	27,7	0	0,0	101
	Brasil	0,539	1.219	22,1	3.190	57,93	1.097	19,9	5.507

Fonte: UNICEF – Relatório Situação da Infância Brasileira 2001

* Apenas um município (Águas de São Pedro – SP) apresentava IDI superior a 0,800

Diante deste quadro, a Bahia apresentava níveis baixos de indicadores em várias das dimensões de análise. Tratando-se da escolaridade dos pais, 60,8% das crianças baianas de 0 a 6 anos possuíam pai com menos de 4 anos de estudo e 42,3% mãe nesse nível de escolaridade precária, o que contribui diretamente para a reprodução da pobreza entre gerações.

No âmbito dos serviços de saúde, apenas 30,9% das gestantes tiveram seis ou mais consultas de acompanhamento desde o conhecimento da gravidez até o parto. Tratando-se da cobertura vacinal, 85,6% das crianças menores de 1 ano foram vacinadas contra o sarampo e 80,6% contra a difteria, a coqueluche e o tétano (DTP), conforme Tabela 22

Esses níveis de cobertura contribuem consideravelmente para a classificação da Bahia entre os três piores IDI do país, uma vez que alguns Estados da região Nordeste e Norte apresentavam 100,0% de cobertura vacinal (Sergipe, Pernambuco, Ceará e Tocantins) e outros numa proporção superior a 90,0% (Piauí, Paraíba, Rondônia e Roraima).

TABELA 22 – COMPONENTES DO ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL BAHIA, 1999

Componentes	Proporção (%)	
	Crianças	Gestantes
Escolaridade dos Pais (menos de 4 anos de estudo)		
Pai	60,78	
Mãe	42,27	
Serviços de Saúde		
Menos de 1 ano vacinadas		
Sarampo	85,6	
DTP	80,6	
Mais de 6 consultas		30,9
Serviços de Educação (matriculados)		
em Creche	3,3	
em Pré-Escola	32,0	

Fonte: UNICEF – Relatório Situação da Infância Brasileira 2001

Tratando-se dos serviços de educação, o Estado possuía apenas 3,3% das crianças de 0 a 6 anos matriculadas em creche (pública ou privada) e cerca de 32,0% na pré-escola.

Vale ressaltar que, segundo a metodologia explicitada pelo UNICEF, os indicadores de escolaridade dos pais foram construídos a partir de tabulações especiais dos dados da Contagem de População de 1996 realizada pelo IBGE, ao passo em que aqueles referentes aos serviços de saúde foram fornecidos pela Fundação Nacional de Saúde e correspondem a 1999. Já os indicadores pertinentes aos serviços de educação, foram fornecidos pela SEEC/INEP/MEC e também correspondem a 1999.

3.5 TRABALHO E RENDIMENTO

3.5.1 A Participação no Mercado de Trabalho

De modo geral, a oferta laboral é determinada pelo tamanho da população (resultante das taxas anteriores de crescimento vegetativo e migração líquida; pela estrutura da população por idade e sexo determinada pela interação entre fecundidade, mortalidade e migração; e

pelo comportamento das taxas de participação (proporção das pessoas economicamente ativas em relação às pessoas em idade ativa) por idade e sexo que, por sua vez, são influenciadas por fatores econômicos, sociais e culturais). (Guimarães, 2001).

Segundo os dados do IBGE a taxa de participação nacional para os anos de 1992 e 1999 foi da ordem de 61,5% e 61,0% respectivamente. Nos referidos anos as taxas verificadas para as regiões Sudeste (59,4% e 59,0%) e Nordeste (61,3% e 61,1%) diferenciavam-se minimamente em relação à média nacional. Na Bahia, a taxa era da ordem de 61,2% no ano de 1992 e 61,5% em 1999 situando-se no mesmo patamar da região nordeste.

TABELA 23 – TAXA DE PARTICIPAÇÃO TOTAL E POR GRUPOS DE IDADE SELECIONADOS
ÀREAS GEOGRÁFICAS SELECIONADAS, 1992/1999

Áreas Geográficas	1992			1999		
	Total	10 a 14 anos	65 anos e mais	Total	10 a 14 anos	65 anos e mais
BRASIL	61,5	22,4	28,6	61,0	16,6	25,5
Sudeste	59,4	15,7	22,9	59,0	9,4	19,8
Nordeste	61,3	29,2	33,8	61,1	24,5	30,9
Maranhão	67,4	36,7	46,4	67,2	35,8	38,7
Piauí	59,4	29,1	32,8	66,6	31,0	40,3
Ceará	62,4	29,2	37,3	61,8	24,6	33,0
Rio Grande do Norte	59,7	23,3	29,2	55,4	13,3	18,8
Paraíba	59,3	31,9	32,8	58,3	21,4	30,9
Pernambuco	60,6	30,1	33,0	58,7	22,1	28,7
Alagoas	58,0	22,5	26,1	54,9	14,3	17,3
Sergipe	58,5	19,4	27,8	61,3	20,3	27,1
Bahia	61,2	28,5	31,6	61,5	24,0	32,0

Fonte: IBGE – Síntese de Indicadores Sociais 2000

A oferta de serviços educacionais, a capacidade de absorção e retenção das crianças pelo sistema educacional, o custo da educação, o nível de renda das famílias, o valor e o custo de oportunidade do trabalho infantil para os pais e as políticas públicas e ações governamentais concernentes ao trabalho infantil à educação influenciam e exercem impactos decisivos sobre a oferta de mão-de-obra das crianças. (Tabela 23)

Tais fatores explicitam em grande parte as pronunciadas diferenças existentes entre as regiões mais abastadas do país e as mais pobres e menos desenvolvidas no que se refere a incorporação das crianças no trabalho. Enquanto que na região Sudeste a taxa de

participação das crianças de 10 a 14 anos representava 15,7% e 9,4% em 92 e 99 respectivamente, no Nordeste chegava a 29,2% em 1992 e 24,5% em 1999.

Ainda que a criação do FUNDEF e a implantação de programas de erradicação do trabalho infantil tenham propiciado a redução do trabalho infantil em vários estados do Nordeste entre 1992 e 1999, o contingente de crianças incorporadas ao mercado de trabalho continua numeroso. Tal processo se manifesta inclusive nas economias mais dinâmicas da região como se pode observar, em 1999, nos estados da Bahia (24,0%), Ceará (24,6%) e Pernambuco (22,1%).

Tratando-se da evolução do trabalho infantil entre 1992 e 1999, nota-se que enquanto vários estados nordestinos conseguiram reduzir em mais de um quarto a proporção de crianças no mercado laboral – Rio Grande do Norte (em 42,8%), Alagoas (36,7%), Paraíba (32,9%) e Pernambuco (26,6%) – na Bahia, tal redução foi de apenas 15,9%.

Vale ressaltar que a dura realidade do trabalho infantil baiano não é um processo que se faz presente apenas na áreas mais pobres e vulneráveis do Estado, dado que na Região Metropolitana de Salvador, o grupo etário de 10 a 14 anos apresentou um crescimento de 8,8% em 1992 para 10,1% em 1999, passando a ser a maior taxa de participação metropolitana do país para esse grupo de idade.

O Trabalho precoce, além de destruir uma das mais decisivas e importantes etapas da vida, ou seja, a infância propicia um conjunto de conseqüências irreparáveis que podem perdurar e condicionar todas as demais etapas da vida do indivíduo. Uma das mais importantes conseqüências se manifesta no âmbito da educação. A rotina desgastante estudo e trabalho demanda um esforço extraordinário, dado as jornadas diárias superiores a 12 horas. De acordo com Guimarães (2000) esse processo leva ao cansaço excessivo, à redução da capacidade de concentração e ao desestímulo, contribuindo assim para absenteísmo eventual e suas costumeiras conseqüências imediatas: baixa frequência escolar, repetência, evasão e abandono escolar, conforme já verificado anteriormente na presente investigação. Mediante o menor aporte de capital humano, mais difíceis serão as possibilidades futuras de encontrar melhores oportunidades de emprego e de, conseqüentemente auferir melhores níveis de rendimento capazes de retirar o indivíduo da sua condição de pobreza, com impactos decisivos sobre a qualidade de vida da sua família. Nessa direção, o trabalho infantil também contribui para a transmissão da pobreza entre as gerações, constituindo-se,

portanto em um ciclo vicioso.

Já a participação laboral dos idosos no mercado de trabalho – muito além do ideário ocupacional terapêutico – é determinada, em parte pela disponibilidade e pelo nível de rendimentos oriundos da previdência social. Desse modo, a cobertura previdenciária, sobretudo sob a forma de aposentadorias e pensões, influencia na entrada dos idosos no mercado de trabalho. Quanto a esse ponto, a investigação de Fernandez e Menezes (1999), realizada com base nos dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego da Região Metropolitana de Salvador – rejeita a hipótese de que o idoso participa do mercado de trabalho principalmente para não ficar ocioso, apenas como forma de terapia ocupacional. Através da utilização de modelos econométricos, os autores concluem que

A decisão de o idoso participar na força de trabalho deve-se principalmente ao salário que ele pode auferir nesse mercado. A análise econométrica revelou ainda que a renda exógena (ou seja, não vinculada ao esforço do trabalho atual) pode tanto reforçar quanto restringir a decisão do idoso participar na força de trabalho. Assim, os proventos de aposentadoria, pensão e seguro-desemprego são elementos importantes que favorecem a decisão do idoso em ofertar esforço no mercado de trabalho; por outro lado, a renda proveniente de retiradas restringe o desejo de participar na força de trabalho. (Fernandes e Menezes, 1999)

Analisando-se a taxa de participação brasileira dos indivíduos de 65 ou mais é possível constatar que um quarto desses idosos participava ativamente do mercado de trabalho. Tal comportamento era menos incidente no Sudeste do país em 1992 (22,9%) e 1999 (19,8%) e mais contundente no Nordeste (33,8%) e (30,9%) respectivamente, o que pode estar apontando para uma necessidade de ingressar no mercado por motivos econômicos, seja para receber algum rendimento, no caso da ausência de cobertura previdenciária, seja para complementar a renda em virtude dos baixos proventos auferidos pela aposentadoria e/ou pensão (Tabela 23).

No Estado da Bahia, a participação dos idosos também era expressiva, e cresceu ligeiramente de 31,6% em 1992 para 32,0% em 1999. O comparativo da oferta laboral idosa entre os estados nordestinos ao longo da década, revela que somente na Bahia e no Piauí a taxa de participação cresceu ao passo em que na região como um todo houve uma

diminuição de 16,3%, sendo que em alguns estados a redução foi ainda mais significativa – Rio Grande do Norte (42,8%), Alagoas (36,7%) (Tabela 23).

3.5.2 O Perfil Básico da Ocupação e a Situação do Desemprego

A distribuição dos ocupados por ramos de atividade econômica revela que o setor agrícola respondia no ano de 1999 pela absorção da maior parcela (28,3%) dos trabalhadores brasileiros, sendo que no Nordeste, esse ramo abrigava (40,7%) do total de ocupados.

No caso da Bahia, o maior contingente de ocupados também figura no setor agrícola (44,1%). Apesar de possuir o maior Pólo Petroquímico da América Latina, localizado no município de Camaçari, a indústria de transformação baiana absorvia apenas 6,0% da população ocupada no estado. Estes dados quando confrontados com a estrutura do PIB baiano levam ao seguinte paradoxo; o setor primário da economia estadual apesar de responder por apenas 9,4% do PIB estadual em 1999, abrigava, apenas no setor agrícola, 44,0% do pessoal ocupado na Bahia. Em contrapartida, no setor secundário – onde se gerava 39,9% do PIB – a indústria de transformação absorvia apenas 6,0% dos trabalhadores baianos.

Estas discrepâncias se constituem em um dos elementos estruturais da pobreza no Estado da Bahia. Dado que a grande maioria da população sobrevive de rendimentos oriundos do trabalho e que quase a metade da população trabalhadora está ocupada em um segmento de atividade econômica (agrícola) que faz parte de um setor da economia (primário) que responde por apenas 9,4% da produção estadual, somente uma exígua parcela da riqueza gerada na Bahia é apropriada pela grande maioria dos trabalhadores.

TABELA 24 – DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO OCUPADA POR SETOR DE ATIVIDADE ECONÔMICA

Área Geográfica	Agrícola	Ind. de Transf.	Const. Civil	Outras Ativid. Industriais	Comércio	Prestação de Serviços	Outros Serviços	Adm. Pública
BRASIL	24,2	11,6	6,6	1,1	13,4	19,3	17,3	4,6
Sudeste	13,4	14,5	7,3	1,2	14,0	22,5	20,3	4,4
Nordeste	40,7	6,7	5,9	1,0	12,4	15,0	13,1	4,0
Maranhão	56,2	3,9	3,4	0,7	10,5	11,5	10,6	2,5
Piauí	53,1	4,2	4,6	0,8	9,6	12,9	10,4	3,6
Ceará	39,7	9,1	4,8	0,4	12,6	16,7	12,5	3,1
Rio G. do Norte	20,9	10,3	8,6	2,1	16,5	18,7	15,9	5,9
Paraíba	34,4	5,5	8,5	1,1	12,8	13,9	15,6	7,0
Pernambuco	29,0	8,1	8,0	1,0	14,7	17,7	14,9	4,2
Alagoas	36,9	7,5	3,9	0,7	12,9	14,7	15,4	6,9
Sergipe	35,6	5,8	5,6	1,4	12,3	17,5	15,9	4,8
Bahia	44,1	6,0	6,0	1,1	11,8	14,1	12,3	3,5

Fonte: IBGE – PNAD

No tocante à estrutura ocupacional, conforme Tabela 24, a posição na ocupação mais expressiva no Brasil ao final da década era a de empregados (44,8%), seguida pela dos trabalhadores por conta-própria (23,0%). Ao analisarem-se tais dados para o conjunto da região Sudeste e Nordeste, observam-se, mais uma vez, os diferenciais socioeconômicos existentes no país. Enquanto que no Sudeste mais da metade dos ocupados (52,7%) estavam inseridos no mercado como empregados, no Nordeste, essa proporção era de apenas 33,8%, revelando que somente um terço dos trabalhadores nordestinos figuravam nesta categoria. Na Bahia, o contingente ocupado de empregados (37,4%) superava a média da região. O trabalho por conta-própria constituía-se na segunda categoria que mais abrigava os ocupados nordestinos (29,1%) e baianos (28,2%).

Avaliando-se a qualidade do emprego, constata-se que no Brasil e Sudeste as proporções de empregados com carteira de trabalho assinada eram de 61,3% e 68,3% respectivamente em 1999. Já na região Nordeste, menos da metade dos empregados (43,2%) possuíam carteira, sendo que na Bahia tal proporção era menor do que o da média regional (42,1%).

Em praticamente todas áreas geográficas selecionadas verifica-se uma redução da proporção de empregados com carteira de trabalho assinada entre 1992 e 1999. Na Bahia, ocorreu uma redução de quatro pontos percentuais nesta proporção, que passou de 46,1% em 1992 para 42,1% em 1999. Este processo de desestruturação – em que predomina a destruição de postos de trabalho assalariados com carteira de trabalho assinada ao mesmo tempo em que se disseminam e ampliam o assalariamento sem carteira assinada e do trabalho autônomo – vem consolidando-se como uma das principais transformações estruturais do mercado de trabalho brasileiro durante a última década (Tabela 25).

TABELA 25 – DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DA POPULAÇÃO OCUPADA POR POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO ÀS ÁREAS GEOGRÁFICAS SELECIONADAS, 1999

Áreas Geográficas	Empregados	Militar ou estatutário	Trabalhador doméstico	Conta-Própria	Empregadores	Não Remunerados
BRASIL	44,8	6,6	7,4	23,2	4,1	9,3
Sudeste	52,7	6,7	8,6	20,1	4,7	4,2
Nordeste	33,8	5,6	5,6	29,1	2,7	16,9
Maranhão	17,1	6,1	4,6	40,3	1,6	21,6
Piauí	23,0	4,9	5,3	31,6	2,3	22,1
Ceará	32,9	4,5	6,5	29,1	2,7	15,0
Rio Grande do Norte	43,5	9,6	6,8	23,4	3,3	8,7
Paraíba	34,5	10,6	5,7	23,4	3,1	16,9
Pernambuco	38,7	5,9	5,9	26,9	3,0	14,8
Alagoas	44,7	7,1	5,5	24,4	1,9	10,2
Sergipe	39,4	6,3	5,2	26,6	3,2	13,2
Bahia	37,4	3,5	5,4	28,2	3,0	18,7

Fonte: IBGE – Síntese de Indicadores Sociais 2000

Estas transformações em curso, são reflexo das políticas econômicas implementadas no país desde o início da década de 90, com o governo Collor, e aprofundadas pelo atual governo Fernando Henrique onde, nitidamente, primou-se por uma inserção do Brasil na nova realidade competitiva internacional mediante um projeto político-ideológico-econômico de cunho neoliberal.

Com o processo de abertura da economia brasileira à competição externa – iniciada durante o governo Collor com a redução sistemática das alíquotas de importações e acirrada pela “âncora cambial” do Plano Real, muitos segmentos do empresariado nacional sentiram-se obrigados a implementar o processo de reestruturação produtiva, com o intuito de obter aumentos de produtividade (e competitividade por conseguinte) para fazer frente à concorrência internacional.

Como forma de reduzir custos para que se chegue à tão perseguida competitividade, muitas empresas recorrem ao processo de subcontratação, o que diminui a qualidade do trabalho de expressivos contingentes de ocupados, na medida em que tal processo é essencialmente caracterizado pela ausência do cumprimento de várias obrigações trabalhistas, trabalho em tempo parcial, trabalho a domicílio e trabalho.

Como consequência deste processo, observa-se o predomínio de baixos níveis de cobertura da legislação trabalhista e previdenciária que pode ser facilmente visualizado mediante análise das informações disponibilizadas na Tabela 26 que apresenta as proporções de trabalhadores domésticos com carteira de trabalho assinada e dos conta-própria e empregadores que contribuem para a previdência social.

No Brasil, em 1999, apenas 15,9% dos trabalhadores por conta-própria contribuíam para fins de aposentadoria. No sudeste do país tal proporção situava-se num nível mais elevado (25,7%). Por outro lado, apenas 4,6% desses trabalhadores nordestinos contribuíam regularmente para a previdência (Tabela 26). Na Bahia a parcela de contribuintes (5,2%) situava-se ligeiramente acima da média regional. Essa proporção é extremamente preocupante não só pelo nível alarmante em que se situa, mas, sobretudo, pelo fato do trabalho por conta-própria ser a segunda principal categoria de inserção no mercado para o conjunto dos trabalhadores da Bahia. Cabe destacar que independentemente da área geográfica a proporção de ocupados por conta-própria que recolhem a contribuição previdenciária reduziu ao longo da década – na Bahia a diminuição foi de 8,0% para 5,2% entre 1992 e 1999.

Guimarães (2001), destaca que juntamente com esse quadro de baixos níveis de contribuição, o peso crescente dos idosos na estrutura populacional aponta para problemas futuros no âmbito do financiamento da previdência social, uma vez que está sendo rompido o “pacto de solidariedade” entre gerações. No plano pessoal, a situação também causa inquietação, pois aponta para um futuro em que um contingente expressivo de trabalhadores chegará à terceira idade sem amparo previdenciário.

TABELA 26 – PROPORÇÃO DE EMPREGADOS E TRABALHADORES DOMÉSTICOS COM CARTEIRA DE TRABALHO ÀS ÁREAS GEOGRÁFICAS SELECIONADAS, 1992/1999

Período / Áreas Geográficas	Em %							
	Com carteira de trabalho assinada				Contribuição para a previdência			
	Empregados *		Trab. Domésticos		Conta-própria		Empregadores	
	1992	1999	1992	1999	1992	1999	1992	1999
Brasil	64,0	61,3	17,5	25,0	19,5	15,9	65,7	60,2
Sudeste	72,2	68,3	23,4	32,1	31,8	25,7	77,9	69,1
Nordeste	45,1	43,2	7,8	13,8	7,3	4,6	38,8	37,4
Maranhão	35,0	32,4	1,9	5,4	1,6	2,4	36,5	28,8
Piauí	38,8	34,3	1,8	9,1	6,7	2,9	24,3	21,3
Ceará	41,1	43,0	3,6	7,7	7,3	3,5	34,7	27,8
Rio Grande do Norte	47,9	47,1	3,3	8,2	8,6	4,2	46,2	26,8
Paraíba	40,6	39,0	6,7	19,4	10,1	7,4	27,0	46,1
Pernambuco	52,3	47,2	14,6	25,5	8,5	5,7	40,0	43,3
Alagoas	46,5	51,5	9,9	18,8	16,9	7,5	42,9	47,1
Sergipe	44,8	50,2	9,3	14,6	13,4	7,5	41,7	36,0
Bahia	46,1	42,1	9,2	14,2	8,0	5,2	45,6	43,1

Fonte: IBGE – Síntese de Indicadores Sociais 2000

* Exclusivo militares e funcionários públicos estatutários.

Com base nas informações da Pesquisa Mensal de Emprego do IBGE, a taxa média de desemprego para o conjunto das seis regiões metropolitanas (RM's) pesquisadas era de 5,8% em 1992. No âmbito das RM's, a maior taxa era verificada em Recife (8,5%) seguido por Salvador (6,8%). Em virtude, sobretudo, das transformações ocorridas na esfera produtiva e da política econômica adotada pelo governo Fernando Henrique Cardoso, as taxas de desemprego aumentaram, em 1999, em todas as regiões metropolitanas – a exceção de Recife. Ao alcançar 9,9% a RMS passou a apresentar a maior taxa de desemprego do país dentre as RM's pesquisadas pelo IBGE. (Gráfico 4)

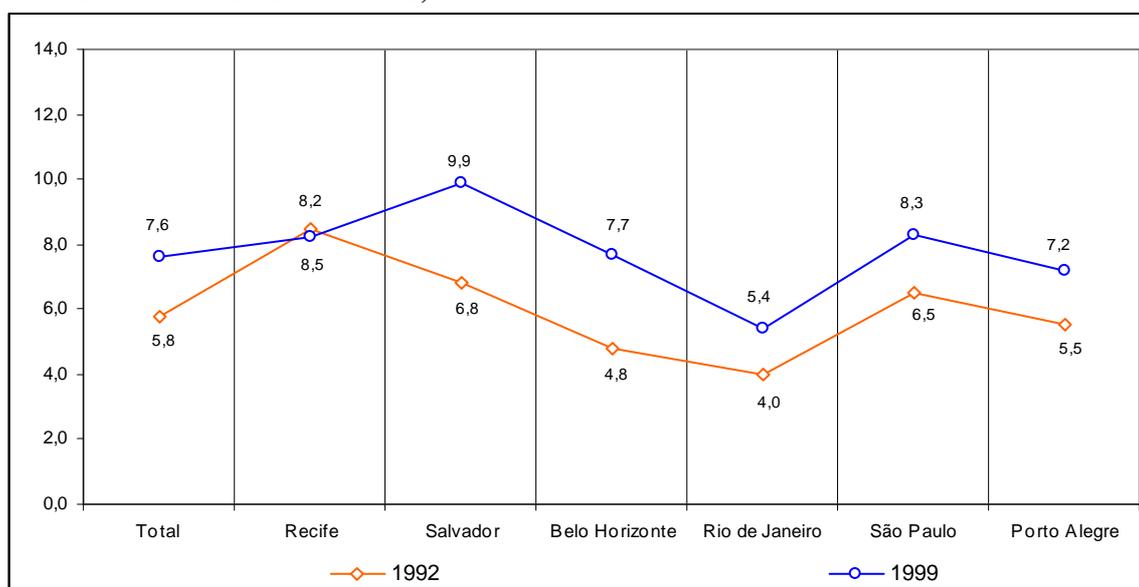
Dentre os fatores que pressionaram o mercado de trabalho da RMS, é necessário destacar o processo migratório, que tem se constituído no principal motivo de crescimento da PEA. Informações da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) revelam que dos 52 mil novos

indivíduos que se incorporaram à PEA entre dezembro de 1996 e setembro de 1997, cerca de 30 mil (57,7%) eram oriundos de regiões fora da RMS – deste universo, 72,0% eram originários do interior da Bahia e 18,0% de outros estados. Este fluxo migratório guarda relação com a falta de oportunidades de trabalho e de geração de renda – que se espalha pela maioria das regiões do interior do estado – em virtude, principalmente, da concentração espacial da produção e da propriedade, já discutidas e apresentadas nesta investigação.

Outro fator relevante reporta-se à entrada de jovens no mercado de trabalho, que fazem parte das gerações numerosas nascidas antes da acentuação da queda da taxa de fecundidade¹⁷, que estão chegando à idade de trabalhar. Com efeito, a taxa de desemprego dos grupos etários de 15 a 17 anos e de 18 a 24 anos são as mais elevadas em todas as regiões pesquisadas, sendo que na RMS alcançavam 13,7% e 17,0% respectivamente em 1999, segundo dados da Pesquisa Mensal de Emprego do IBGE.

De posse do quadro evidenciado é possível inferir que o mercado de trabalho da RMS encontra-se incapaz de absorver a oferta de mão-de-obra existente, principalmente àquela entrante (composta fundamentalmente por jovens).

**GRÁFICO 4 – TAXA DE DESEMPREGO ABERTO
REGIÕES METROPOLITANAS, 1992/1999**



Fonte: IBGE – Síntese de Indicadores Sociais 2000

¹⁷ Fenômeno apelidado *de onda jovem* pelos demógrafos.

3.5.3 Os níveis e a Concentração dos Rendimentos

O trabalho é um dos principais vínculos entre o desenvolvimento econômico e o social, uma vez que representa um efetivo mecanismo de inserção do indivíduo na sociedade. Segundo estatísticas da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL), os rendimentos oriundos do trabalho (salários, rendimentos dos trabalhadores por conta-própria e o pro labore dos empregadores) representam cerca de 80% da renda total das famílias latino-americanas, ou seja, grande parte da renda familiar e por conseguinte das condições de vida dos indivíduos, depende primordialmente dos rendimentos gerados no mercado de trabalho. (Guimarães, 2001)

Neste sentido, a análise da situação e evolução dos níveis e concentração dos rendimentos auferidos pela população se constitui num dos mais importantes elementos de medição da realidade social. Ao considerar-se o rendimento médio das pessoas ocupadas de 15 a 55 anos (grupo etário caracterizado por grande participação na atividade econômica) por Unidades da Federação, conforme Tabela 27, é possível observar a efetiva incapacidade da economia baiana de gerar ocupações de qualidade e com maiores níveis de remuneração.

No início da década de 90, mais precisamente em 1992, o rendimento médio mensal da população ocupada baiana era de apenas R\$ 222,30 e se situava como o 9º menor do país. Já em 1999, mediante o valor de R\$ 259,60, a Bahia passou a deter o 4º menor nível de renda dos trabalhadores frente ao conjunto de Unidades da Federação do Brasil.

Contribuiu para esse feito o sofrível incremento de apenas 15,6% ocorrido no rendimento médio baiano entre 1992 e 1999. Esta proporção de crescimento foi a terceira menor do país, atrás apenas de Roraima (7,4%) e Alagoas (8,5%). No âmbito da região Nordeste, comprova-se que vários estados conseguiram obter significativas taxas de crescimento do rendimento médio; Paraíba (95,6%), Rio Grande do Norte (47,1%), Ceará (39,3%) e Pernambuco (35,7%). Até mesmo o Maranhão (com 50,5%) e Piauí (com 22,4%), estados mais pobres do país, conseguiram obter incrementos significativamente superiores ao verificado na Bahia. Estes dados revelam que o

expressivo dinamismo econômico experimentado pelo estado durante a década de 90 pouco refletiu sobre a melhoria dos rendimentos dos trabalhadores baianos.

TABELA 27 – RENDIMENTO MÉDIO DAS PESSOAS OCUPADAS DE 15 A 55 ANOS DE IDADE
UNIDADES DA FEDERAÇÃO, 1992/1999

Unidades da Federação	Rendimento médio (Em R\$)		Variação %
	1992	1999	1992-1999
Distrito Federal	593,10	889,90	50,0
São Paulo	540,10	707,80	31,0
Rio de Janeiro	483,50	611,00	26,4
Rondônia	386,80	584,80	51,2
Acre	416,10	584,20	40,4
Roraima	520,80	559,30	7,4
Santa Catarina	417,30	501,60	20,2
Rio Grande do Sul	407,40	501,20	23,0
Paraná	324,20	497,10	53,3
Amapá	361,30	468,80	29,8
Mato Grosso do Sul	335,30	440,90	31,5
Mato Grosso	288,90	423,00	46,4
Goiás	342,00	421,20	23,2
Espírito Santo	273,30	419,10	53,3
Amazonas	340,10	416,60	22,5
Minas Gerais	306,00	386,70	26,4
Pará	303,10	371,40	22,5
Paraíba	186,10	364,10	95,6
Rio Grande do Norte	211,10	310,50	47,1
Pernambuco	217,80	295,60	35,7
Sergipe	219,00	283,80	29,6
Tocantins	212,60	278,60	31,0
Alagoas	247,60	268,70	8,5
Bahia	222,30	256,90	15,6
Ceará	178,30	248,40	39,3
Maranhão	138,00	207,70	50,5
Piauí	145,00	177,50	22,4

Fonte: IBGE – Síntese de Indicadores Sociais 2000

Notas: Rendimento mensal de todos os trabalhos.

Valores inflacionados pelo INPC com base em setembro de 1999.

Direcionando-se a análise dos rendimentos para os decis de apropriação, observa-se que o rendimento médio mensal dos 10% mais ricos da população ocupada brasileira

(R\$ 2.397,07), em 1999, era praticamente 19 vezes superior ao do correspondente aos 40% mais pobres (R\$ 127,07). A mesma tendência é observada nas regiões Nordeste e Sudeste onde o rendimento médio dos 10% mais ricos superava o dos 40% mais pobres em 19,7 e 15,5 vezes respectivamente. Na Bahia, enquanto que os 10% mais ricos possuíam uma renda média de R\$ 1.446,77 a dos 40% mais pobres (R\$ 87,75) não alcançava sequer um salário mínimo.

Entre 1992 e 1999, diminuiu um pouco o ainda exorbitante foço existente entre o rendimento dos 40% mais pobres e 10% mais ricos da população trabalhadora, uma vez que o rendimento médio dos primeiros expandiu-se em níveis superiores ao do segundo. Na Bahia, a renda dos 40% mais pobres expandiu-se em 43,4% e se situou apenas como o 2º menor nível de incremento dentre os estados nordestinos – a frente somente de Sergipe (40,1%). Entretanto, o crescimento da renda auferida pelos 10% mais ricos da Bahia foi de 15,8%, sendo também o 2º menor em nível regional. Como consequência destes movimentos, o Estado passou a deter em 1999 a 2ª menor relação 10% mais ricos/40% mais pobres (15,8 vezes) ante ao conjunto da Unidades da Federação nordestinas.

Ao se levar em conta a região que concentra **cerca de 70,0% do PIB baiano**, ou seja, a Região Metropolitana de Salvador (RMS), observa-se uma tendência totalmente oposta daquela ligeira desconcentração verificada para o conjunto do Estado da Bahia. Desde 1992 a RMS possuía o maior nível de concentração dos rendimentos do trabalho dentre as nove maiores regiões metropolitanas do país, uma vez que o número de vezes que o rendimento médio dos 10% mais ricos (R\$ 2.105,22) era 19 vezes superior ao dos 40% mais pobres (R\$ 110,30). Durante o ano de 1999, tal processo de concentração tornou-se ainda mais profundo já que a relação renda 10% mais ricos/40% mais pobres se elevou para 22,5. Este nível de desigualdade foi ampliado em virtude do ínfimo incremento de 5,5% do rendimento dos 40% mais pobres entre 1992 e 1999 em relação ao ocorrido no caso dos 10% mais ricos (24,5%). Vale ressaltar que o segundo menor percentual de crescimento da renda dos mais pobres ocorreu na Região Metropolitana do Recife (21,1%), sendo quase quatro vezes superior ao da RMS (Tabela 28).

TABELA 28 – RENDIMENTO MÉDIO DOS 40% MAIS POBRES E DOS 10% MAIS RICOS DAS PESSOAS OCUPADAS DE 10 ANOS E MAIS DE IDADE COM RENDIMENTO
ÁREAS GEOGRÁFICAS SELECIONADAS, 1992/1999

Em R\$

Áreas Geográficas e Regiões	40 % mais pobres			10% mais ricos		
	1992	1999	Variação % 1992-1999	1992	1999	Variação % 1992-1999
Metropolitanas						
BRASIL	95,38	127,27	33,4	1.812,35	2.397,07	32,3
Sudeste	126,61	175,45	38,6	2.051,56	2.719,35	32,6
Nordeste	47,58	79,28	66,6	1.143,81	1.563,16	36,7
Maranhão	36,18	63,21	74,7	788,37	1.342,05	70,2
Piauí	31,89	54,52	71,0	965,13	1.295,45	34,2
Ceará	40,99	68,66	67,5	1.074,27	1.493,93	39,1
Rio Grande do Norte	44,11	94,31	113,8	1.231,96	1.693,12	37,4
Paraíba	33,76	80,87	139,5	1.106,40	2.346,05	112,0
Pernambuco	52,98	84,65	59,8	1.203,99	1.674,37	39,1
Alagoas	59,30	100,43	69,4	1.231,83	1.393,95	13,2
Sergipe	60,21	84,38	40,1	1.164,98	1.680,15	44,2
Bahia	61,21	87,75	43,4	1.249,14	1.446,77	15,8
Regiões Metropolitanas						
Belém	102,25	135,460	32,5	1.852,25	2.511,53	35,6
Fortaleza	86,14	110,95	28,8	1.447,93	2.127,31	46,9
Recife	93,13	112,74	21,1	1.638,96	2.351,68	43,5
Salvador	110,30	116,37	5,5	2.105,22	2.620,79	24,5
Belo Horizonte	125,64	157,62	25,5	2.115,72	2.543,50	20,2
Rio de Janeiro	145,78	200,75	37,7	2.261,24	2.742,44	21,3
São Paulo	182,58	257,77	41,2	2.535,10	3.025,69	19,4
Curitiba	139,55	205,15	47,0	2.168,39	3.100,70	43,0
Porto Alegre	148,09	192,68	30,1	2.287,09	2.917,71	27,6

Fonte: IBGE – Síntese de Indicadores Sociais 2000

Notas: Rendimento mensal de todos os trabalhos.

Valores inflacionados pelo INPC com base em setembro de 1999.

A magnitude deste processo de concentração dos rendimentos na RMS pode também ser visualizado por intermédio do Índice de Gini¹⁸, explicitado na Tabela 27 Tanto em 1992 quanto em 1999 a RMS apresentava o maior Índice de Gini dentre as maiores regiões metropolitanas brasileiras, sendo que ao longo deste período houve um incremento de 5,4%. Ao final da década de 90, a RMS, era a única a apresentar Gini superior a 0,6000.

¹⁸ Este índice mensura a desigualdade de uma distribuição, variando de 0 (a perfeita igualdade) até 1 (concentração absoluta ou desigualdade máxima).

TABELA 29 – ÍNDICE DE GINI DA POPULAÇÃO OCUPADA DE 10 ANOS E MAIS DE IDADE
ÀREAS GEOGRÁFICAS SELECIONADAS, 1992/1999

Áreas Geográficas	Índice de Gini		Variação %
	1992	1999	1992-1999
BRASIL	0,571	0,567	-0,7
Sudeste	0,542	0,537	-0,9
Nordeste	0,597	0,587	-1,7
Maranhão	0,577	0,592	2,6
Piauí	0,630	0,609	-3,3
Ceará	0,607	0,598	-1,5
Rio Grande do Norte	0,618	0,572	-7,4
Paraíba	0,635	0,644	1,4
Pernambuco	0,589	0,586	-0,5
Alagoas	0,581	0,529	-9,0
Sergipe	0,569	0,589	3,5
Bahia	0,580	0,558	-3,8
Regiões Metropolitanas			
Belém	0,567	0,570	0,5
Fortaleza	0,559	0,581	3,9
Recife	0,563	0,594	5,5
Salvador	0,573	0,604	5,4
Belo Horizonte	0,554	0,548	-1,1
Rio de Janeiro	0,534	0,531	-0,6
São Paulo	0,511	0,514	0,6
Curitiba	0,536	0,504	-6,0
Porto Alegre	0,537	0,535	-0,4

Fonte: IBGE – Síntese de Indicadores Sociais 2000

3.6 A CONCENTRAÇÃO DA PROPRIEDADE

As mais recentes estatísticas acerca da estrutura fundiária são oriundas da base de dados do Sistema Nacional de Cadastros Rurais – SNCR, pertencente ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA.

A estrutura fundiária é estabelecida a partir da definição do Módulo Fiscal, criado pelo INCRA, para dar respaldo à ação fiscal como também para determinar um padrão de dimensão do imóvel para fins de desapropriação. Para cada município é estabelecido o número de módulos fiscais em (ha) para o cálculo da área mínima que considera o imóvel desapropriável para fins de reforma agrária. O módulo fiscal é resultante da combinação de vários fatores dentre eles os geoclimáticos que indicam o potencial de desenvolvimento naquele município.

No que tange à estrutura fundiária recente, analisando-se as informações disponibilizadas pelo INCRA referentes aos imóveis cadastrados até outubro de 1999, verifica-se que a estrutura fundiária da Bahia continua marcada por um significativo nível de concentração.

Frente ao conjunto de 437.650 imóveis rurais cadastrados, predominavam aqueles classificados como menores que 1 módulo fiscal. Esses correspondiam a 77,4% do total de imóveis, mas ocupavam uma área de apenas 5.069.461 ha, isto é, 13,9% do total. Por outro lado, apenas 7.407 imóveis (1,7% do total) eram classificados como grande propriedade e ocupavam uma área de 18.288.535 ha ou 50,1% do total.

Somando-se a essa proporção a parcela de área ocupada pela média propriedade (19,9%) é possível inferir que na Bahia predominam a grande e a média propriedade rural, que juntas detêm cerca de 70,0% de toda a área (Tabela 30).

TABELA 30 – TOTAL DE IMÓVEIS RURAIS CADASTRADOS E ÁREA SEGUNDO A CLASSIFICAÇÃO EM MÓDULOS FISCAIS BAHIA, OUTUBRO DE 1999

Classificação em Módulos Fiscais	Imóveis		Área (ha)	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Menos de 1há	338.733	77,4	5.069.461	13,9
Pequena Propriedade	69.482	15,9	5.883.383	16,1
Média Propriedade	22.028	5,0	7.248.267	19,9
Grande Propriedade	7.407	1,7	18.288.535	50,1
Total	437.650	100,0	36.489.646	100,0

Fonte: INCRA

Nota: Essas informações constituem a base do Sistema Nacional de Cadastro Rurais – SNCR

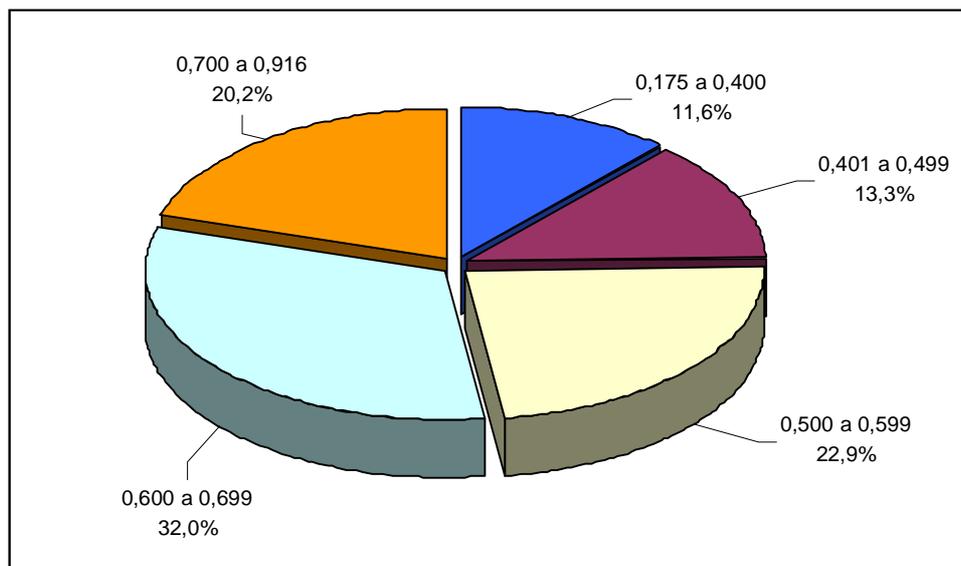
A lei 8.629 / 93, classifica os imóveis com área total de 1 a 4 módulos fiscais como pequena propriedade; mais de 4 a 15 como média propriedade; acima de 15 como grande propriedade.

Outro modo de aferir e visualizar esse processo na Bahia, é analisar a concentração fundiária nos municípios por intermédio do Índice de Gini. Neste caso, o índice de GINI foi utilizado para avaliar o grau de concentração na distribuição da área dos imóveis rurais. O índice de GINI pode variar de 0,000 a 1,000; onde o valor 0,000 representa uma distribuição igualitária da área e o valor 1,000 uma concentração absoluta. Desse modo, quanto mais próximo de 1,000 estiver o índice maior será o processo de concentração das terras.

Com base nos dados dispostos na Gráfico 5, observa-se que o processo de concentração fundiária se faz presente na grande maioria dos municípios, sendo que em muitos assume uma proporção alarmante. Apenas um conjunto de 103 municípios (24,9% do total)

apresentava Índice de Gini até 0,499 – limite no qual a distribuição não é considerada muito concentrada. Por outro lado, um contingente de 217 municípios (mais da metade ou 52,2%) estava enquadrado na faixa acima de 0,600, reveladora de brutais níveis de concentração. Vale ressaltar ainda que 84 municípios baianos (20,2%) apresentavam Índice de Gini superior a 0,7000.

GRÁFICO 5 – DISTRIBUIÇÃO DOS MUNICÍPIOS POR FAIXAS DE ÍNDICE DE GINI BAHIA, 1999



Fonte: INCRA
Elaboração Própria

A concentração da propriedade ocorre também na agropecuária. Em 1996, o Censo Agropecuário evidenciou que 3,7 mil estabelecimentos com mais de 1.000 ha (0,5% do total) ocupavam 34,5% da área total, enquanto os 424,5 mil estabelecimentos com menos de 10 ha (57,5% do total) somavam uma área equivalente a tão somente 4,6% da área total dos estabelecimentos recenseados.

Num grau evidentemente menor, observa-se também a concentração da produção: 6,4% dos estabelecimentos – todos com mais de 100 ha – foram responsáveis por 48,5% da produção animal e vegetal, segundo o Censo Agropecuário de 1996. E os estabelecimentos com 1.000 ha ou mais, que representam apenas 0,5% do total, respondiam por nada menos que 21,6% desse produto.

No plano espacial, observa-se também uma concentração da produção, com apenas nove municípios – onde estão localizados apenas 3,8% dos estabelecimentos do estado e

residem 2,7% dos ocupados – respondendo por 20,3% da produção agropecuária. No outro extremo, 215 municípios (51,8% do total) participam com apenas 20% do valor da produção animal e vegetal, mas neles se encontram 36,5% dos estabelecimentos e 35,4% dos ocupados na agropecuária.

3.7 A SITUAÇÃO DA POBREZA E O DESENVOLVIMENTO HUMANO

Dada a sua complexidade, a questão da pobreza deve ser analisada de forma multidimensional, uma vez que a insuficiência de renda monetária para desfrutar de uma vida minimamente digna, ainda que importantíssima, é apenas uma das formas de analisar esta problemática.

No entanto, foge ao escopo da presente investigação discutir e mensurar as diversas maneiras de estabelecer os níveis de pobreza de uma determinada população. Sendo assim, serão utilizadas as informações comumente disponibilizadas sobre a pobreza no país (ainda que com enfoque predominantemente monetário) e em seguida, as condições de vida serão avaliadas por intermédio do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do Programas das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, cuja metodologia se baseia em outros critérios além da renda da população, conforme será abordado posteriormente.

Considerando-se como linha de pobreza o contingente das famílias que possuíam rendimento per capita de até meio salário mínimo mensal (critério estabelecido recentemente pelo Governo Federal no processo de elaboração do Programa de Garantia de Renda Mínima), constata-se que no início da década (1992) cerca de 43,1% das famílias baianas enquadravam-se nessa faixa, fazendo com que o Estado detivesse a 8^a maior proporção de famílias pobres do país.

No ano de 1999, tal proporção reduziu para 36,5% refletindo uma redução do nível de pobreza estadual. Apesar disso, a Bahia piorou sua situação em âmbito nacional e passou a ser o 5^o Estado mais pobre do país segundo o critério estabelecido. A piora desta situação em relação às outras Unidades da Federação está associada ao menor nível de redução da pobreza na Bahia, verificado durante a década de 90, em comparação ao dos outros estados pobres. Dentre os estados nordestinos, a Bahia apresentou um dos menores percentuais (15,3%) de redução do contingente de famílias enquadrados na situação de pobreza. (Tabela 31).

TABELA 31 – PROPORÇÃO DE FAMÍLIAS COM RENDA FAMILIAR PER CAPITA DE ATÉ 1/2 SALÁRIO MÍNIMO MENSAL UNIDADES DA FEDERAÇÃO, 1992/1999

Unidades da Federação	Proporção famílias com renda familiar per capita de até 1/2 salário mínimo		Variação (%) 1992 - 1999
	1992	1999	
Maranhão	35,8	49,1	37,2
Piauí	57,3	47,7	-16,7
Alagoas	44,8	43,6	-2,6
Ceará	49,9	40,8	-18,2
Bahia	43,1	36,5	-15,3
Paraíba	49,7	36,3	-27,1
Rio Grande do Norte	50,2	34,2	-31,9
Pernambuco	43,4	34,0	-21,6
Sergipe	42,5	33,4	-21,3
Tocantins	48,1	33,3	-30,7
Pará	34,9	28,2	-19,4
Amazonas	31,2	26,6	-14,8
Amapá	27,3	24,9	-8,7
Acre	25,6	24,1	-5,8
Minas Gerais	29,0	20,0	-30,9
Goiás	26,0	19,2	-26,1
Espírito Santo	31,7	18,4	-41,9
Mato Grosso do Sul	26,1	17,9	-31,4
Paraná	25,4	17,0	-33,2
Mato Grosso	30,5	16,8	-44,7
Roraima	15,5	15,2	-2,1
Rondônia	26,1	13,7	-47,3
Rio Grande do Sul	14,4	12,7	-12,1
Distrito Federal	16,6	12,5	-24,5
Santa Catarina	15,6	10,8	-30,7
Rio de Janeiro	13,0	9,2	-29,2
São Paulo	11,1	7,2	-34,5

Fonte: IBGE – Síntese de Indicadores Sociais 2000

Segundo estudo elaborado e recém divulgado¹⁹ pelo Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas – FGV, com base nos dados da PNAD, a Bahia possuía 7,16 milhões de pessoas (54,80% da população) em situação de indigência. Em sua metodologia, o estudo enquadrou como indigentes pessoas com renda mensal inferior a R\$ 80,00, valor necessário, para garantir a ingestão mínima de alimentos recomendados pela Organização Mundial de Saúde.

De acordo com esta metodologia, o Estado da Bahia se situa como o 5º mais pobre do país

¹⁹ Os resultados do Estudo intitulado “Mapa do Fim da Fome” foram divulgados no dia 09 de julho de 2001.

– em situação melhor apenas do que o Maranhão, Piauí, Ceará e Alagoas, conforme Tabela 32. O estudo revelou que a Bahia possuía também o 3º pior nível de renda domiciliar per capita mensal (R\$ 130,99) dentre todas Unidades da Federação do país, a frente apenas do Maranhão (R\$ 109,48) e Piauí (R\$ 109,82).

TABELA 32 – PROPORÇÃO E POPULAÇÃO INDIGENTE E RENDA DOMICILIAR PER CAPITA MENSAL UNIDADES DA FEDERAÇÃO, 1999

Brasil e Unidades da Federação	Indigentes		Renda Domiciliar Per Capita Mensal (Em R\$)
	Proporção %	População	
BRASIL	29,26	49.600.419	272,29
Maranhão	63,72	3.592.494	109,48
Piauí	61,75	1.754.327	109,82
Ceará	55,73	4.133.792	135,57
Alagoas	55,43	1.561.907	142,05
Bahia	54,80	7.160.456	130,99
Tocantins	51,27	592.274	141,64
Pernambuco	50,95	4.030.730	145,31
Paraíba	50,22	1.725.920	164,65
Sergipe	50,14	892.270	159,18
Rio Grande do Norte	46,93	1.300.193	160,46
Pará	41,75	2.583.528	167,18
Amazonas	38,79	1.101.952	183,23
Amapá	36,56	173.973	189,56
Acre	31,28	174.307	263,01
Minas Gerais	26,79	4.778.127	248,07
Espírito Santo	26,31	813.690	261,39
Mato Grosso	25,89	646.696	253,23
Goiás	25,46	1.271.451	241,80
Rondônia	22,35	307.937	262,55
Mato Grosso do Sul	22,26	461.894	266,22
Paraná	20,88	1.996.023	294,38
Roraima	20,16	65.339	254,16
Rio Grande do Sul	16,76	1.706.135	339,41
Distrito Federal	16,21	331.279	483,19
Rio de Janeiro	14,68	2.108.678	365,89
Santa Catarina	14,40	767.726	328,23
São Paulo	10,41	3.848.955	407,45

Fonte: CPS/FGV a partir dos Microdados PNAD-IBGE

Com base no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) elaborado pelo IPEA/IBGE/Fundação João Pinheiro/PNUD para as Grandes Regiões e Unidades da federação brasileiras, o Estado da Bahia era apenas o 20º do país em 1996, conforme

Tabela 31. Apesar de possuir IDH (0,655) ligeiramente superior ao da média nordestina (0,608), a Bahia figurava atrás de dois estados nordestinos; Sergipe (0,731) e Rio Grande do Norte (0,668),

**TABELA 33 – ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO
BRASIL, GRANDES REGIÕES E UNIDADES DA FEDERAÇÃO, 1996**

Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação	Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)	Ordem de IDH
BRASIL	0,830	
Norte	0,727	
Rondônia	0,820	10
Acre	0,754	16
Amazonas	0,775	14
Roraima	0,818	11
Pará	0,703	18
Amapá	0,786	13
Tocantins	0,587	23
Nordeste	0,608	
Maranhão	0,547	25
Piauí	0,534	27
Ceará	0,590	22
Rio Grande do Norte	0,668	19
Paraíba	0,557	24
Pernambuco	0,615	21
Alagoas	0,538	26
Sergipe	0,731	17
Bahia	0,655	20
Sudeste	0,857	
Minas Gerais	0,823	9
Espírito Santo	0,836	9
Rio de Janeiro	0,844	7
São Paulo	0,868	3
Sul	0,860	
Paraná	0,847	6
Santa Catarina	0,863	4
Rio Grande do Sul	0,869	1
Centro-Oeste	0,848	
Mato Grosso do Sul	0,848	5
Mato Grosso	0,767	15
Goiás	0,786	12
Distrito Federal	0,869	2

Fonte: IPEA/ IBGE / Fundação João Pinheiro / PNUD

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme as informações abordadas no presente estudo, a Bahia possui características peculiares, principalmente no que tange a questão do crescimento versus desenvolvimento econômico e bem-estar social da população.

Os grandes investimentos federais ocorridos na década de 50, o vertiginoso desenvolvimento do setor secundário durante as décadas de 60 e 70, que mais tarde se consolidaria no cenário nacional com grande êxito, e a conseqüente magnitude do PIB baiano, espantosa e lamentavelmente não conferiram à Bahia um efetivo processo de desenvolvimento social.

Devido a três características bastante marcantes da economia baiana – a especialização setorial da produção, a concentração espacial do produto gerado e a concentração da propriedade – o modelo de desenvolvimento do Estado vem sendo incapaz de promover um quadro social favorável e qualidade de vida para a grande maioria da sua população.

Tal situação perdura atualmente, independentemente do dinamismo econômico verificado durante a década de 90. De fato, na etapa mais recente de expansão da economia brasileira a Bahia se destacou como um dos estados que mais se beneficiou da desconcentração industrial e passou também a integrar o espaço de expansão da moderna agricultura. Esta dinâmica recente pode ser traduzida nas taxas de crescimento do PIB que em alguns anos chegaram a ultrapassar a média nacional, sobretudo a partir de meados da década de 90. Entre 1997 e 1999, a Bahia cresceu 11,0% enquanto o PIB brasileiro registrou um incremento de apenas 4,3%, ou seja, duas vezes e meia inferior.

O desempenho da indústria baiana de transformação, mensurado por intermédio da taxa de crescimento acumulada da produção física entre 1994/1999, também ratificou o dinamismo econômico superior em relação ao país, região Nordeste e vários estados do país. Com efeito, o crescimento na Bahia (18,2%) foi mais do que duas vezes superior ao da média nacional (6,5%) e da nordestina (7,3%) e mais significativo ainda em relação aos Estados de Pernambuco (-10,3%), São Paulo (-1,8%) e Rio de Janeiro (-9,9%).

Diante deste desempenho, a Bahia sustentou a posição de sexta maior economia no ranking nacional, abaixo apenas daqueles estados localizados no eixo urbano-industrial do Sudeste

(São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais) e dos dois Estados mais desenvolvidos do Sul (Rio Grande do Sul e Paraná), e muito acima dos demais Estados nordestinos – o PIB baiano corresponde a aproximadamente um terço da atividade econômica do nordeste.

No entanto, as benesses desse crescimento econômico atingem uma ínfima parcela da população em decorrência, sobretudo, de que:

Apenas um gênero industrial (a química) responde por mais da metade do Valor da Transformação Industrial. Além disso, esse gênero é formado basicamente por algumas dezenas de unidades industriais intensivas em capital e localizadas, quase todas elas, em uma única região do Estado (a metropolitana). O potencial de geração de empregos indiretos é também relativamente limitado, pelo fato de ser um ramo produtor de bens intermediários cuja articulação na cadeia produtiva dá-se, principalmente, com as economias dos Estados do Sudeste e com o exterior;

Um exíguo grupo de oito municípios (Feira de Santana e outros sete localizados na RMS) respondem por aproximadamente 70,0% de toda renda gerada pelo estado;

Quase a metade da população ocupada no estado (44,0%) desenvolve suas atividades laborais – e conseqüentemente obtêm sua principal fonte de sustento – no setor primário da economia, que é justamente o responsável pela menor parcela de riqueza gerada no estado – apenas 9,4% do PIB baiano.

Uma ínfima proporção de 1,7% dos imóveis rurais, classificados como grande propriedade, ocupavam a metade da área correspondente a todo conjunto de imóveis rurais cadastrados no estado.

O conjunto destes elementos estruturais da economia e da propriedade baiana refletem significativamente na qualidade de vida da população e emperram o desenvolvimento social, conforme evidenciaram as diversas análises acerca da situação e evolução do quadro social no estado, dentre as quais destacam-se as seguintes constatações:

Na educação, a Bahia possuía, em 1999, a 7ª maior taxa de analfabetismo do país (24,7%) entre as pessoas com mais de 15 anos e o percentual de decréscimo de 20,5% observado na taxa entre 1992 e 1999, foi apenas o 15º dentre as 27 Unidades da federação. Além disso, o Estado detinha a maior taxa nacional de analfabetismo funcional na zona rural (72,5%), a

terceira menor média de anos de estudo (3,3) da população com mais de 10 anos, a maior taxa de defasagem idade-série do país no ensino fundamental (66,6%) e a menor proporção do país de estudantes de nível superior (5,0%).

No que tange a saúde pode-se dizer que em muitos aspectos a situação inspira cuidados. O decréscimo de 21,6% da taxa de mortalidade infantil (de 57,9‰ para 45,4‰) durante o período 1992/1999 não foi suficiente para que a Bahia chegasse em 99 no patamar da meta de 33‰ estipulada pela Cúpula Mundial das Nações Unidas pela Criança para o ano 2000. Além disso, apresentava a 8^a maior taxa do país e durante a década de 90 perdeu para o Piauí o posto de menor nível de mortalidade infantil da região Nordeste, que detinha em 1992. Tratando-se da oferta de serviços de saúde, a Bahia possuía a segunda menor proporção do país (3,3%) de estabelecimentos de saúde voltados para o apoio à diagnose e terapia. A média de 2,3 leitos para cada grupo de mil habitantes, em 1999, era a menor do Nordeste e 4^a menor do país. Levando-se em conta a utilização e acesso de serviços de saúde, o estado possuía o terceiro menor percentual de população rural do Nordeste coberta por plano de saúde e a segunda maior proporção do país (27,0%) de indivíduos que nunca consultaram ao dentista.

Tratando-se da situação da primeira infância, mensurada sob a ótica do IDI (Índice de Desenvolvimento Infantil) a Bahia detém apenas o 25^o lugar na classificação nacional, ou seja, o terceiro pior nível de atenção às crianças de 0 a 6 anos dentre os 27 estados brasileiros.

No plano do mercado de trabalho, a RMS detinha a maior taxa de desemprego e de concentração de rendimentos dentre as principais regiões metropolitanas do país. Considerando-se os níveis de rendimento da população ocupada (de 15 a 55 anos de idade) a Bahia possuía o 4^o menor rendimento médio do país (R\$ 256,90 em 1999), situando-se a frente apenas dos estados do Ceará, Maranhão e Piauí. Tratando-se da renda familiar, a Bahia detinha o 3^o menor nível de renda domiciliar per capita mensal do país, a frente apenas do Maranhão e Piauí.

A situação de pobreza é outro indicativo do excludente modelo de desenvolvimento estadual. Segundo os estudos recém divulgados pela Fundação Getúlio Vargas (com base nos dados da PNAD) a Bahia possuía a situação alarmante de 7,16 milhões de pessoas, ou seja, 54,8% da população classificada como indigente por possuir renda mensal inferior a

R\$ 80,00 – o que significa dizer que estas pessoas não contam sequer com um valor mensal capaz de assegurar-lhes a ingestão mínima de alimentos recomendados pela OMS. Tal proporção era a 5^a maior do país, mesma posição ocupada pelo Estado ao considerar-se como linha de pobreza o contingente de famílias com rendimento per capita de até meio salário mínimo mensal. Quanto a este ponto, cabe destacar que a despeito da redução de 43,1% para 36,5% de famílias baianas enquadradas nessa faixa, entre 1992 e 1999, a Bahia piorou sua situação em âmbito nacional, uma vez que em 1992 detinha a 8^a maior proporção de pobres do país. Isto permite inferir que alguns estados nordestinos, mesmo sem desfrutar dos níveis de crescimento econômico experimentados pela Bahia, conseguiram reduzir com maior intensidade a pobreza.

Diante desse complexo conjunto de constatações, fica evidente o enorme descompasso existente entre o dinamismo e crescimento da economia baiana e o desenvolvimento social, requerendo uma ampla reflexão acerca da manutenção do atual modelo de desenvolvimento da economia baiana.

Desse modo, é necessário primar por um projeto de desenvolvimento econômico voltado para uma maior ênfase no atendimento das demandas sociais e conseqüente redução das desigualdades, ou seja, que possa efetivamente atuar sobre a histórica dívida social que vem marcando a sociedade baiana. Partindo-se dessa prerrogativa, as estratégias de desenvolvimento devem ser capazes de, concomitantemente ao crescimento da economia, ampliar os direitos de cidadania e qualidade de vida da população, buscando a promoção da equidade social.

Frente ao brutal quadro de concentração da produção e da propriedade no Estado da Bahia e as conseqüentes desigualdades internas existentes nos seus subespaços, a situação socioeconômica de expressivas parcelas da população pode ser ainda mais precária do que a refletida nos indicadores para o Estado como um todo aqui analisados, uma vez que, nos dados agregados, as informações oriundas dos poucos subespaços mais desenvolvidos tendem a elevar a média estadual. Tal problemática poderia ser abordada em investigações futuras.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BORGES Angela. Sobre o atraso do processo de urbanização na Bahia. *Bahia Análise & Dados*. Salvador, CEI, v.3, n.1, p.57-71, 1993.

CARVALHO JR, César Vaz. *Economia baiana: evolução recente*. Salvador, 2000 (mimeo).

FERNANDEZ, José Carrera e MENEZES, Wilson. *A participação do idoso na força de trabalho: uma abordagem a partir da região metropolitana de Salvador*. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPEC, 27. Anais...Belém: ANPEC, 1999.

FRANCO, Angela. Bahia: quadro demográfico 2000. *Conjuntura & Planejamento*, Salvador: SEI, n.80, p.15-19, jan.2001.

GUIMARÃES, José Ribeiro S. Trabalho, rendimento e desigualdades regionais. *Cadernos CEAS*. n.191, Salvador, jan/fev. 2001.

_____. Acesso e utilização de serviços de saúde na Bahia. *Conjuntura & Planejamento*. Salvador: SEI, n. 77, p.15-20, out.2000.

_____. A importância das variáveis sociodemográficas no processo de planejamento. *Conjuntura & Planejamento*, Salvador: SEI, n.69, p. 3-7, fev.2000.

IBGE. Síntese de indicadores sociais 2000. Rio de Janeiro, 2001

_____. *Pesquisa de Assistência Médico-Sanitária*. Rio de Janeiro, 2000.

JANNUZZI, Paulo de Martino. *Indicadores sociais no brasil: conceitos, fontes de dados e aplicações*. Campinas: Editora Alínea, 2001.

LEPORACE, Márcia. *Indicadores sócio-populacionais: conceito, construção e utilização*. Brasília, 2000. (mimeo).

MENEZES, Vladson. O comportamento recente e os condicionantes da evolução futura da economia baiana. Tendências da economia baiana. *Série Estudos Estratégicos*. Salvador: SEPLANTEC, 2000.

PAULANI, Leda Maria. BRAGA, Márcio. *A nova contabilidade social*. São Paulo: Saraiva, 2000

_____. Bahia: uma economia em transição. *Bahia Análise & Dados*, n.3 v.10, Salvador: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), dez.2000.

SANTANA, Marcelo. *Educação e desigualdade*. Salvador: SEI, 2000. (mimeo).

SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Bahia em números*. Salvador: SEI, v.2, 2000.

_____. Projeções de População de população por sexo e idade. Bahia – 1991-2020. *Série Estudos e Pesquisas*. Salvador: SEI, n.44, 1999.

_____. *Cidades da Bahia Salvador*: SEI, 1997 (Série Estudos e Pesquisa, 35).

TEIXEIRA, Francisco; GUERRA, Oswaldo. 50 anos da industrialização baiana: do enigma a uma dinâmica exógena e espasmódica. *Bahia Análise & Dados*, Leituras da Bahia II. Salvador: SEI, v.10. n.1, 2000.

UDERMAN, Simone. Perspectivas industriais. Tendências da economia baiana. *Série Estudos Estratégicos*. Salvador: SEPLANTEC, 2000.